

4 de Maio 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 5
Nº 257
Director-Geral
Evaristo Mulaza



ARLINDO SICATO, ANTIGO VICE-MINISTRO DAS FINANÇAS



“Não queremos uma governação televisiva”

Págs. 4 a 6



OPINIÃO

Gong Tao, embaixador da China em Angola

O papel da China na governança ambiental mundial

Pág. 18

CENÁRIO DEVE MANTER-SE ATÉ JULHO

Incapacidade de produção coloca Angola abaixo da quota da OPEP

PETRÓLEO. Problemas técnicos no Bloco 32 e atrasos no arranque dos blocos marginais destacam-se entre as razões que colocam a produção petrolífera do país abaixo da sua quota, nos termos do acordo OPEP+. Nos primeiros três meses, Angola produziu menos 261 mil barris/dia dos 1,267 milhões a que tinha direito. Pág. 8



FACE A 2019

Resultado líquido da Ensa dispara 277% em 2020

Pág. 11



PELO MENOS 480 UNIDADES

Venda dos imóveis do BPC arranca esta semana

ALIENAÇÃO. A imobiliária do maior banco público prevê arrecadar pelo menos 50,3 mil milhões de kwanzas com a venda de apartamentos, vivendas, lojas e terrenos. O VALOR sabe de fonte oficial que a comercialização arranca esta semana, sendo que ao público estão reservados apenas 20% das 480 unidades. Pág. 10

CONVERSA FIADA NO DIADA LIBERDADE

Sejamos claros. A aferição do desempenho da liberdade de imprensa em Angola, em termos muito práticos, faz-se essencialmente de duas formas. Ou pelos níveis de abertura da imprensa pública, ou pelo (des)respeito que as instituições do Estado conferem à imprensa privada. Tudo o resto se atrela a estes dois critérios e, para se perceber o quanto o país recuou nos últimos três anos, ninguém precisa de perder tempo com estudos de circunstância.

Na imprensa pública, até houve um certo período de ilusão que levou ao engano generalizado. Nos primeiros dois anos de mandato de João Lourenço, até jornalistas independentes e experimentados confundiram uma clara jogada de manipulação mediática com sinais de abertura. Alguma gente avisada não foi capaz de perceber, por exemplo, que a divulgação de escândalos de corrupção, como não ocorria antes na imprensa pública, era apenas um dos pontos da estratégia de aniquilação do antigo poder. E que jamais deveria ser interpretada como sinal de abertura na imprensa paga com dinheiro público. Mas, tal como o azeite não se esconde na água, quem se deixou enganar não precisou de muito tempo para descobrir que tinha sido enganado. Aos poucos, toda a gente foi percebendo que a mesma imprensa pública que destacava os alegados casos de corrupção no consulado de José Eduardo

dos Santos mantinha-se surda e muda quando aparecessem supostos casos de corrupção, envolvendo pessoas-chave no governo de João Lourenço. E, quando fosse o próprio Presidente referenciado em alguma investigação, o silêncio era ainda mais tumular. Com o tempo, os que se deixaram enganar foram verificando que a mesma imprensa, que agora se dizia aberta, despedia e suspendia comentadores e jornalistas que ousassem colocar na agenda temas proibidos. Aos poucos, todos foram notando que a imprensa paga pelos contribuintes e que supostamente estaria mais plural continua a ser a mesma que é capaz de transmitir um congresso da OMA em directo e conceder apenas 30 segundos para uma declaração importante do líder do maior partido na Oposição. Dito isto, e fixando-nos exclusivamente na avaliação do conteúdo,



ninguém pode afirmar de sã consciência, na Semana da Liberdade de Imprensa, que hoje há mais liberdade na imprensa pública.

No caso dos órgãos privados, o retrocesso é ainda mais assustador e só por desonestidade intelectual alguém afirmará que a responsabilidade é sobretudo dos jornalistas. O respeito que a imprensa privada exige das instituições do Estado não é uma opção discricionária do poder instituído, é uma obrigação estabelecida na Lei à qual o Governo está sujeito. Porque a imprensa privada não pede dinheiro do partido no poder, exige a concretização do sistema de incentivos previsto na Lei aprovada pelo partido no poder; a imprensa privada não pede protecção diferenciada das autoridades na cobertura de manifestações, exige que a Polícia seja instruída que não deve prender nunca jornalistas com o pretexto de que os confunde com manifestantes. Quando se pretende ler isto tudo ao contrário, produzem-se declarações vazias como aquelas que as instituições do poder publicaram no Dia da Liberdade de Imprensa. E é precisamente por isso que um jornal de economia é obrigado a escrever três editoriais consecutivos sobre a liberdade da imprensa. É por causa da conversa fiada no Dia da Liberdade.

NOTA: O VALOR ECONÓMICO passa oficialmente a ser publicado às terças-feiras a partir deste número, deixando as segundas-feiras como tem acontecido desde o seu lançamento em Março de 2016.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



JOSÉ MANUEL,
administrador do IGEO para a área técnica

Este ano, o Dia do Trabalhador Mineiro passou em branco, certo?

Não! Enquanto se celebrava, no passado dia 27 de Abril, o IGEO fez a apresentação e lançamento de uma brigada com a missão de efectuar trabalhos de prospecção em áreas com potencial de rochas ornamentais na Huíla.

O que espera dessa prospecção?

Anteriormente, identificámos três áreas para a prospecção de rochas ornamentais naquela província. Os trabalhos de prospecção arrancaram a 29 de Abril, no município da Chibia, sendo que a próxima etapa será na localidade dos Gambos.

Quantos trabalhadores compõem a brigada?

No campo, a brigada está dividida em dois grupos de técnicos encarregados de identificar e qualificar as áreas e, depois de seis meses, apresentarão os relatórios às empresas interessadas em explorá-las.

27 TERÇA-FEIRA

O Comité Conjunto de Monitoramento Ministerial (JMMC), órgão da OPEP+, reúne, por videoconferência, para analisar o relatório de desenvolvimento do mercado de petróleo.

28 QUARTA-FEIRA

O Conselho de Ministros aprova a criação do Instituto de Especialização em Saúde e respectivo estatuto orgânico. A reunião é orientada pelo Presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, no palácio da Cidade Alta.



SEGUNDA-FEIRA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) informa que vai investigar e consequentemente responsabilizar criminalmente as empresas incumpridoras de contratos de obras em Malanje.

29 QUINTA-FEIRA

O político Lucas Ngonda, presidente da Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), anuncia a recandidatura à liderança do partido, aos 81 anos de idade, justificando-se com alegada presença de militantes.



30 SEXTA-FEIRA

Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, promete incentivar empresários europeus a investir em Angola.



31 SÁBADO

Sem o habitual desfile por conta da pandemia da covid-19, o dia Internacional do Trabalhador é assinalado em Angola. O secretário-geral da UNTA-CS, Manuel Viage, lamenta a ausência de soluções para os vários problemas dos trabalhadores.



1 DOMINGO

A CASA-CE recomenda ao Executivo a implementação efectiva de “políticas públicas exequíveis” que garantam o reajuste do salário mínimo nacional e criem mais empregos.



COTAÇÃO



PETRÓLEO EM ALTA...

O petróleo começou a semana no verde, embora com ganhos limitados em decorrência do aumento de casos positivos de covid-19 na Índia, o terceiro maior consumidor. O Brent, referência às exportações angolanas, subiu 1,20%, para 67,56 dólares. Por sua vez, o WTI registou ganhos de 1,43%, negociando a 64,49 dólares.



OURO, PRATA E COBRE SEGUEM COM GANHOS...

A mesma tendência registaram os minérios. O ouro negociou as entregas de Junho a 1.793,10 dólares por onça troy, subindo 1,44%. A prata registou ganhos de 4,39%, negociando as entregas de Julho a 27,008 dólares por onça troy. Já o cobre teve ganhos de 1,46%, a negociar 4,5332 dólares por libra-peso as entregas para o mesmo período.

Entrevista

ARLINDO SICATO, ANTIGO VICE-MINISTRO DAS FINANÇAS

“Não queremos uma governação televisiva. Queremos uma governação prática”

Recorda que o país vai de recessão em recessão e afirma sentir-se mal com o elevado nível de desemprego que afecta maioritariamente os jovens. Ex-governante aponta soluções que passam por sérios investimentos nos sectores primário e secundário, critica a política de preços indexados ao dólar e a “governação televisiva”.

Por Júlio Gomes

Q

ue leitura faz do contexto económico do país? É dramático porque estamos a somar o quinto ano de recessão económica.

E, quando ocorre a recessão, significa que não temos nenhum crescimento. Além disso, o nível de pobreza atinge quase 50%, o desempregoronda à volta dos 45% e é mais acentuado entre os jovens dos 18 e 25 anos de idade. Significa que temos um exército de reserva muito alto. Os que estão na idade activa nada conseguem fazer.

Tem alguma terapia?

Precisamos de incentivar os investimentos.

É o que o Governo está a fazer, não?

Só há emprego quando há investimento. Temos uma trajectória e até hoje não se sabe do balanço das instituições de captação de investimento. Tivemos a Anip durante muitos anos, e não nos deu um balanço plausível. Depois veio a Aipex e não



Mário Nijétes © VE

há nada em termos práticos. Não sabemos o que essas instituições capitalizaram.

Não acredita na atracção de investimentos?

Não queremos uma governação televisiva. Queremos uma governação prática. Veja que o nível de vida está a subir a cada dia. Aliás, todo o mundo se recorda que, até há bem pouco tempo, houve manifestações e as pessoas tinham como referência o preço do saco de arroz que partiu de 8 mil kwanzas para 15 mil kwanzas. Quer dizer que o produto aumentou quase 100%. Isso reflecte o agravamento da situação do cidadão comum.

Que soluções concretas sugere?

É preciso que se reveja a política de preços, porque não é correcto estarmos atrelados ao dólar. Agravava-se o facto de termos o dólar como referência e este, por sua vez, está submetido ao câmbio flutuante. A actualização dos preços segue essas oscilações. Isso não permite termos uma programação financeira rigorosa. Hoje, o preço é por exemplo 20 kwanzas mas mesmo na factura pró-forma para aqueles que vão pagar a posterior vem discriminado “válido por 24 horas ou 48 horas”. Isso quer dizer que o comerciante não quer que passe esse tempo porque, se não, vai perder por causa da alteração frequente do câmbio.

Então, adopção do câmbio flutuante não foi uma medida acertada?

Tínhamos de ter um período de pelo menos seis meses de estabilização de preços no mercado. Com isso, os nossos planos de caixa seriam mais coerentes.

Mas...

Imagine que aprovamos o orçamento de uma obra ou de uma determinada prestação de serviço. Temos já um orçamento elaborado mas, quando chegarmos na altura do aprovisionamento, vamos ao mercado e encontramos os preços alterados. Essas alterações nunca são para menos, é sempre para mais. Isso faz com que esse orçamento tenha que

ser acrescido. Se a obra tem o orçamento de 100 milhões de kwanzas, quando vai ao mercado vai chocar com um aumento de mais 20 milhões de kwanzas que não se ajustam ao orçamento inicial. Quem vai financiar o défice se o Estado só aprovou 100 milhões? Esses 20 milhões noutras engenharias financeiras tinham que vir de uma conta das provisões para financiar esse défice que o Estado não tem. Então o que acontece é a paralisação dos serviços para aguardar por outros recursos financeiros, outros orçamentos. Assim, fica-se nesse círculo vicioso.

Mas o Governo aparentemente não teve alternativas, uma vez que as alterações na política monetária e cambial decorrem essencialmente das exigências do FMI...

O que tem acontecido é que o FMI sempre provocou conflitos sociais onde quer impor regras. Uma coisa é estudarmos a teoria financeira ou económica no estrangeiro com recomendações possíveis do FMI, outra coisa é ajustar essas teorias à nossa realidade.

O quer dizer em concreto?

O FMI orienta que devem ser suprimidos os subsídios aos combustíveis, à electricidade e à água. Qual é o nível de rendimento das famí-

“Quando o indivíduo diz que tem uma fazenda, aquilo é mais uma vila turística para passar os fins-de-semana com amigos. Temos de ter aproveitamento rural como acontece lá fora.”

lias? É ali onde está o problema. E se agregarmos despesas com a educação e a saúde ninguém tem capacidade para tanto. Só para ilustrar, um teste básico de covid-19, para a circulação interna, anda à volta de 6 mil kwanzas. Se for para o estrangeiro, o teste custa aproximadamente 80 mil kwanzas. São poucas as pessoas com rendimentos capazes de fazer face a estas despesas. Logo, o que orienta o Fundo nada tem a ver com o nosso contexto, porque, se assim for, então aumentem o salário mínimo e pague-se pontualmente.

Está a dizer que a viragem para o FMI não foi um bom exercício?

Não é que tenha sido uma péssima escolha, mas é necessário termos contramedidas. Não podemos aceitar só de boa-fé os ditames do Fundo, porque estamos aflitos. Se aceitarmos sem olhar para a nossa realidade, vamos provocar convulsões internas e o FMI ficará apenas a assistir-nos por cima do muro. Temos que evitar isso.

Como vê o facto de o país ter hoje uma avultada dívida pública?

Se olharmos para o volume da dívida em relação aos recursos naturais disponíveis, veremos que ainda é comportável. Podemos saldá-la.

E acha que ainda há margem de endividamento para um país que não consegue transformar esses recursos naturais?

Se convertermos as riquezas naturais em activos que vão gerar fundos para financiar o sector produtivo, rapidamente poderemos ultrapassar essa situação. Se a exploração de diamantes, de ferro em Kassinga, ou mesmo a exploração do ouro no sul do país na Huíla, no Huambo, for feita de forma oficial com empresas que depois vão vender esse ouro a instituições do Estado, teremos grandes rendimentos.

Mas o país só exporta matéria-prima, não transforma...

Temos de partir de algum lado. Temos de desactivar algumas riquezas naturais para que, com os recursos dali provenientes, investirmos na indústria. O que abunda aqui é o investimento no sector terciário, nos serviços. Compra aqui e vende ali. Isso não produz valor acrescentado. O que muda a vida das pessoas são os sectores que empregam mais pessoas até mesmo não qualificadas. Refiro-me à agricultura, à indústria e à construção civil. Aqui mesmo pessoas sem o ensino médio podem

encontrar emprego. Na construção, para fazer massa, não é preciso ter muita qualificação académica.

Pensa que esses sectores, de alguma maneira, estão a ser negligenciados?

Deviam ser revitalizados com toda a urgência de acordo com o que queremos para o crescimento do país. No caso da agricultura, por exemplo, estamos a transformar o campo com betão. Estamos a fazer palácios no campo. Em vez de nos dedicarmos à agricultura, dedicamo-nos mais ao turismo. Quando o indivíduo diz que tem uma fazenda, aquilo é mais uma vila turística para passar os fins-de-semana com amigos. Temos de ter aproveitamento rural como acontece lá fora. Aqui se temos o campo, o tractor não tem assistência, porque o operário não tem qualificação.

Como pode haver diversificação económica neste cenário?

É possível, mas temos de criar o hábito das especializações. Por exemplo, quem está a produzir milho, tem de se dedicar mesmo só à produção do cereal. Quem está na pescaria, não pode ser ao mesmo tempo distribuidor e vendedor. Quem tem uma padaria não pode dedicar-se também à venda de bifés, leite e manteiga. Temos de evitar o agrupamento de tarefas porque isso acarreta mais despesas e não agrega qualidade ao serviço. Não é viável em termos económicos, porque, quanto mais agrupadas, menos abraça. É por isso que, em alguns organismos do Estado, muitos serviços como de limpeza, ou mesmo de saúde, estão terciarizados.

Mas as terras aráveis que estão transformadas em zonas turísticas também acabam por ser importantes...

Estou a falar do turismo no sentido negativo. O que acontece é que o general, por ter posses, vai até à Gabela, localiza um terreno, uma fazenda, põe um palácio e depois convida meia dúzia de amigos para festejar. Isso não agrega nenhum valor ao turismo. Por isso é que deve ser aplicado o decreto que retira as fazendas das mãos destes que não estão a rentabilizá-las.

Defende que a terra deve ser entregue a quem a possa trabalhar...

Exactamente! Essas terras devem ser entregues a novos investidores. No Zimbabwe, os bóeres foram expulsos e os antigos combatentes desorganizaram a produção dessas fazendas e estagnaram. Esses bó-



Se olharmos para o volume da dívida em relação aos recursos naturais disponíveis, veremos que ainda é comportável.

res deviam ser atraídos para Angola para alavancar a produção agrícola mas também a agropecuária porque são especialistas nisso. Às vezes, é preciso impelir as nossas missões externas a irem a busca de soluções de outras latitudes que permitam pôr a nossa economia sob carris. Por exemplo, à volta das nossas cidades, já não temos jardins zoológicos, quando as nossas crianças precisam de conhecer o que temos na nossa flora e fauna. Umas nem sequer sabem o que é uma galinha, um boi, não vou falar do leão ou do dromedário, porque até adultos não conhecem. São os nossos experts que têm de verificar os bons exemplos para serem aplicados no nosso

país. Saber como se gere um jardim zoológico, por exemplo. Isso também representa uma fonte de receitas para o Estado.

Os bancos são invariavelmente apontados como entrave ao processo de desenvolvimento, por não darem crédito à economia. O que pensa?

Temos mais de 27 bancos, todos eles confinados a Luanda. O que acontece é que os bancos, se não afectam financiamentos à classe empresarial, também estão com receio do retorno do capital, portanto do serviço da dívida. Além disso, o dinheiro do banco é muito caro, a taxa de juro chega a ser muito elevada, anda à volta de 20%. Portanto, em cada 100 retiram-te 20. Você precisa de um ritmo de rotação de capital para aguentar, depois o nível de rendimento do cidadão é muito baixo. E agrega-se a isso a perda de valor da nossa moeda. Por exemplo, um indivíduo que ganha 80 mil kwanzas praticamente só trabalha para comer, não consegue equipar a sua casa porque não sobra nada. Se quiser ir ao estrangeiro, por exemplo para a Namíbia onde pode ir de carro, só o teste de covid-19 custa 75 mil kwanzas, o que vai sobrar? Logo, é difícil haver sustentabilidade nas condições actuais.

De que forma olha para o ambiente de negócios?

Até desafio o Prodesi: importar menos e exportar mais. Mas aqui coloca-se o problema do protecționismo. Sabemos que o nosso país sempre viveu das importações. Enquanto não tivermos no país capacidade de produzir bens e serviços essenciais, não vamos conseguir atingir a meta. Veja que, se formos a um supermercado, verá que o sal de mesa para administrar directamente na alimentação é importado. Então é preciso inverter o quadro, sabermos o que podemos produzir em quantidade para satisfazer o consumidor para não ser uma produção sazonal. Ou seja, temos de ter capacidade de produção, armazenagem e conservação.

Entrou no Governo num momento em que houve a necessidade de esticar a mão ao empréstimo bilionário chinês, para alavancar a reconstrução nacional. Foi uma boa opção?

A escolha foi boa, mas a maka esteve na racionalização dos recursos. Vou

Entrevista

Continuação da página 5

dar dois exemplos: a estrada Maria Teresa-Dondo foi feita com recurso ao empréstimo da China, durou apenas sete meses e quanto custou? Muito dinheiro por quilómetro. O Hospital Geral de Luanda, que depois desabou, para depois voltar a ser erguido, dizem que foi a custo zero, mas foi feito também com esse dinheiro e não sabemos quanto foi ali aplicado. Não há balanço. Portanto, são exemplos que nos dizem que o dinheiro devia ser aplicado com racionalidade e estrita fiscalização.

Mas o empréstimo também resultou na construção das centralidades... Que já têm fissuras nas paredes.

Quando fala numa governação televisiva a que se está a referir concretamente?

Estamos a exibir coisas que, na prática, não acontecem. Veja, por exemplo, que foram apresentados vários autocarros da operadora TCUL, pela televisão mas a mobilidade em Luanda é um caos. Nestes dias, as paragens andam apinhadas de gente num claro atropelo às medidas de distanciamento por causa da pandemia.

Tem saudades do tempo em que esteve no Governo?

Muitas saudades, porque foi o tempo em que havia dinheiro. Estávamos no 'boom' do petróleo e as receitas que eram arrecadas permitiam muitos exercícios, mas as outras equipas que entraram depois caíram já num 'saco roto' em que havia ideias, mas não capacidade de execução. Tivemos uma função social e humana muito forte. Muitas vezes, usamos os nossos próprios recursos para tratar da saúde, ou ajudar a empregar pessoas. Por isso conseguimos resistir às várias alterações sociais. Precisamos cultivar boas relações. Mas agora as pessoas governam com arrogância e não querem saber das preocupações dos outros, quando saem acabam também mal e fogem às suas amizades.

O que tem a dizer sobre o PIIM?

Considero irrisória a verba destinada para esse programa de intervenção nos municípios por aquilo que é a envergadura dos serviços a realizar. Mas o grande problema desta iniciativa presidencial é a concentração. Tudo é de decisão central. Quando é que vamos conseguir mudar o quadro se as verbas estão

sempre alojadas no Governo central? Ficamos sempre com as mãos atadas, até para tapar um buraco na estrada que depois vira ravina, porque o dinheiro tem que vir de Luanda e, quando chega, o preço da empreitada já está inflacionado.

Os orçamentos nunca cumprem a sua função...

A linha das despesas é certa, mas a das receitas é uma incerteza. Você, quando tem fome e diz que precisa de dois pães, tenho a certeza de que são esses pães de que precisa, mas não tenho a certeza de receber o dinheiro para pagar esses dois pães. A economia segue o preço do petróleo no mercado internacional. E, quando há uma queda no preço do crude, há quebra nas receitas e as despesas ficam penduradas.

Como olhar para a crise do lixo em Luanda?

Queremos atrair investidores quando temos uma cidade cheia de lixo, moscas a voarem de um lado para o outro, baratas, mosquitos e ratas...

Qual é a solução?

Da forma como se estão a fazer as coisas, não se vai conseguir nunca limpar Luanda. Não devemos ter

um pensamento megalómano, criar grandes coisas que depois não funcionam. Temos que ter dados fiáveis para combater o lixo. Criar brigadas por quarteirão e depois indicar onde o lixo deve ser concentrado para ir para a incineradora ou ao depósito.

Como vê a governação actual?

Há alguma visão na liderança, mas o problema é da equipa. Não há colaboração mesmo na luta contra a corrupção.

A governação fracassou?

Não falhou porque ainda há algumas acções. Esse é um exercício de todos nós. Só que em determinados aspectos as pessoas têm medo de apontar o dedo onde mora a corrupção. Têm medo de represálias. Mas o que a justiça precisa é de provas.

Aceitaria um novo desafio de voltar ao Governo?

Como cidadão, devo contribuir lá onde for necessário porque todos nós temos que contribuir para mudar o quadro. Não podemos ficar de fora, aqui o patriotismo tem de ser destacado para o bem da Nação.

Para quando uma Angola sem pobreza?

É complicado porque depois temos o problema de quadros. A qualidade dos recursos humanos. Quantos se formaram em agronomia e estão a trabalhar nesse sector? Muito poucos. Não temos engenheiros químicos à altura das necessidades, temos uma série de insuficiências em quase todos os sectores que precisamos de superar. E o orçamento destinado à educação é insuficiente para dar vassão a uma formação de qualidade em



Perfil

Nove anos de GURN

Natural do Bié, Arlindo Praia Sicato fez pós-graduação em gestão, em Portugal, através de uma bolsa de estudos do Banco Mundial. Uma outra bolsa o levou a fazer o mestrado em socioeconomia na Universidade de Humanidades e Tecnologia de Lisboa. De volta ao país, foi convidado pelo finado empresário Ambrósio de Lemos Pereira da Gama (Alpega), para consultor económico do Grémio Empresarial Angolano. "Depois criamos o Fórum de Auscultação e Concertação Empresarial (Face), para captar fundos para os empresários angolanos. Houve um pingo mas depois não houve sequência e os empresários ficaram desmoralizados", conta. Em 1999, integra pela Unita o Governo. Era, na altura, ministro das Finanças o engenheiro Joaquim David. Seguiu-se depois Júlio Bessa e por fim José Pedro de Moraes. "Sempre que entrasse um novo titular dava-nos um novo pelouro. Não havia pelouro fixo. O ministro é que designava as áreas", lembra Sicato que tinha nas 'mãos' o Instituto de Supervisão de Jogos, o Património do Estado, a secretaria-geral, a inspecção nacional de finanças e o gabinete jurídico", durante nove anos de exercício governamental. É autor do livro sobre o 'Impacto da inflação nas famílias angolanas', publicado em 2008.

Estamos a exibir coisas que, na prática, não acontecem.



Arlindo Sicato, ex-vice ministro das Finanças

vários domínios. Por exemplo, na saúde acontece a mesma coisa. Os serviços são caríssimos. Se formos para o serviço público, só recebermos a receita; nos privados, tudo é caro e a agravante e que os nossos governantes não se tratam no país.

O que pensa do Conselho de Concertação Económica e Social?

Muitas medidas são repetições porque já temos uma série de organizações que permitem passar inputs ao Executivo sem passar mais por órgãos de consulta. Quando precisamos de saber o funcionamento da indústria, as suas debilidades e projectos, vamos à Associação Industrial Angolana (AIA); se quisermos falar da agricultura, vamos à União Nacional dos Camponeses Angolanos (Unaca) ou às associações de agricultores e ainda temos várias ordens, como a dos engenheiros, contabilistas, economistas, etc. As pessoas que fazem parte do conselho também integram algumas destas entidades que já existem há muito tempo. Agrupá-las numa outra entidade só para fazer barulho não faz sentido.

O microcrédito é uma boa saída para potenciar as famílias, sobretudo, as mais carenciadas?

Não, o dinheiro devia ser capitalizado para comprar equipamentos para que as famílias produzam melhor e reembolsem no fim das colheitas. Sou daqueles que acha melhor dar anzol e não o peixe. Devem ser dados equipamentos, sementes e não dinheiro, ou alimentação, porque isso leva à ociosidade das pessoas.

Há muitas críticas sobre o facto de o comércio precário estar nas mãos de estrangeiros...

Tudo precisa de instrução e uma orientação clara. Por exemplo, o que acontece com esse comércio que até chega a vender produtos adulterados é lastimável. É preciso potenciar o angolano para esse fim, dando crédito precário, por exemplo, de um milhão de kwanzas, para que o faça.

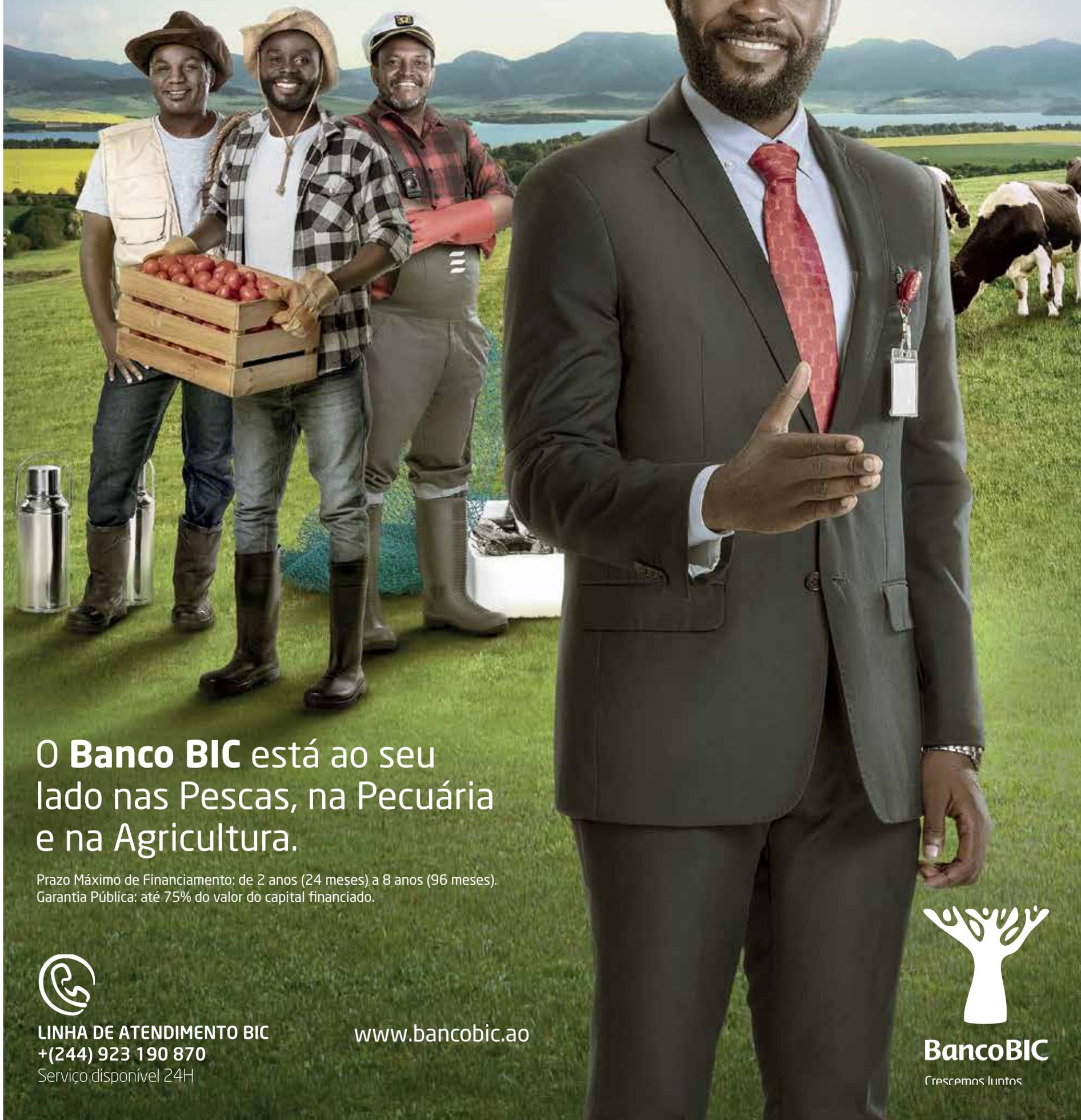
No caso do controverso combate à corrupção, muitos falam em selectividade, apontando pessoas alegadamente protegidas até no gabinete presidencial...

Compete aos órgãos de justiça atacar. Quanto aos casos a que se refere, ainda temos algumas figuras com moralidade. Basta lembrar o comandante Panda que, depois de um incidente na estrada, abandonou o cargo.



15
anos

**PRODUZIMOS JUNTOS,
CRESCEMOS JUNTOS.**



**O Banco BIC está ao seu
lado nas Pescas, na Pecuária
e na Agricultura.**

Prazo Máximo de Financiamento: de 2 anos (24 meses) a 8 anos (96 meses).
Garantia Pública: até 75% do valor do capital financiado.



LINHA DE ATENDIMENTO BIC
+(244) 923 190 870
Serviço disponível 24H

www.bancobic.ao



BancoBIC
Crescemos Juntos

Economia/Política



CORTE NA PRODUÇÃO PETROLÍFERA

Angola com incapacidade para alcançar quota atribuída

PETRÓLEO. Desde Outubro que a produção do país está abaixo da quota atribuída, nos termos do acordo entre a OPEP e parceiros. Cenário pode arrastar-se até Julho.

Por César Silveira

Depois de não respeitar o acordo entre a OPEP e parceiros, produzindo acima da quota a que tinha direito,

nos primeiros meses da sua execução, Angola está agora a produzir abaixo da quota por incapacidade de produção, cenário que se deve manter até ao final do acordo, em Julho de 2021.

Quota de produção, corte estimado e produção efectiva

	Corte Estimado	Quota de Produção	Produção alcançada
Janeiro/2021	261.000	1.267.000	1,169
Fevereiro	261.000	1.267.000	1,119
Março	261.000	1.267.000	1,163
Abril	261.000	1.267.000	N/A
Mai	245.000	1.283.000	
Junho	230.000	1,298.000	
Julho	209.000	1.319.000	

Fonte: OPEP

Na semana passada, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e parceiros decidiram manter o ajuste acordado em Dezembro de 2020 na sequência do acordo em vigor desde Abril

de 2019. Assim, os níveis de produção para Maio, Junho e Julho não deverão ultrapassar os 500 milhões de barris por dia.

Para Angola, está definida a produção de 1,283 milhões de bar-

Desde que a OPEP aposta no corte de produção para equilibrar os preços do mercado, Angola tem tido dificuldades de produzir o suficiente para alcançar a quota que lhe é atribuída.

ris, em Maio, 1,298 milhões, em Junho, e 1,319 milhões, em Julho. No entanto, estima-se que dificilmente vai atingir estas metas, considerando os níveis de produção actual.

Por exemplo, em Março, produziu 1,163 milhões de barris de petróleo, menos 104 mil barris face à quota que estava fixada em 1,267 milhões. Cenário semelhante registou-se em Fevereiro. A produção foi de menos 144 mil barris em relação à quota de 1,267 milhões de barris.

José Oliveira, especialista de assuntos energéticos da Universidade Católica de Angola, concorda que dificilmente Angola alcançará os números a que tem direito. E aponta como causas a covid-19 e os atrasos em planos que estavam previstos no ano passado. “Mas, mesmo que não fosse a covid-19, dificilmente cumpriríamos. Talvez tivéssemos mais 10 ou 20 mil barris, mas nunca cumpriríamos a quota”, defende, citando entre os constrangimentos o facto de não ter arrancado a produção nos campos marginais, assim como os problemas técnicos no Bloco 32.

A produção abaixo da quota que lhe é atribuída por incapacidade de produção, de resto, tem sido uma situação recorrente para Angola desde que o cartel optou pelo corte da produção para o equilíbrio dos preços no mercado.

Cenário contrário aconteceu apenas nos primeiros seis meses do acordo em vigor que iniciou em Abril de 2020. Nos dois primeiros, deveria produzir 1,180 milhões de barris por dia, mas produziu sempre acima desta cifra. Em Julho, voltou a violar, por ter alcançado 1,275 milhões barris/dia quando, para o período Julho/Dezembro, a quota atribuída era de 1.249 mil bpd. O país foi inclusive pressionado pelos parceiros, liderados pela Arábia Saudita, para o cumprimento do acordo. Passou a cumprir em Outubro de 2020, produzindo ligeiramente abaixo da quota e, desde então, tem sido esta a realidade.

O PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO aprovou despesas no valor de 782 milhões de dólares para a construção e respectiva fiscalização de três centralidades através da contratação simplificada pelo critério material para os contratos de empreitada.

PRODUTORES GARANTEM EXISTIR CAPACIDADE INTERNA

Mercado angolano pede 5 mil coelhos por semana

Cinco mil coelhos por semana é a necessidade de consumo do mercado angolano, segundo estimativas da Academia Industrial Rachel Wakua que realiza, esta semana, em Luanda, uma conferência sobre a industrialização do coelho.

Lembrando que “toda a carne animal comercializada nos supermercados ou nos restaurantes de Luanda é importada”, Gaspar João, responsável da academia, garante que existe produção interna capaz de “inundar” o mercado e até para alguma exportação. “Um coelho pode custar 22 mil kwanzas, já uma ementa, incluindo a carne, pode ficar por 10 mil kwanzas. Se produzirmos é possível abater esses preços

incomportáveis”, assegura Gaspar João, explicado que o coelho tem uma alta taxa de natalidade, a cada 30 dias. “Se tiver 10 fêmeas e estas me darem quatro crias, já serão 40 num mês. O ciclo de reprodução repete-se de dois a três anos. Isso significa que o coelho garante sustentabilidade do negócio”, detalha.

Por sua vez, Rachel Wakua, promotora do projecto, avança que o objectivo é que “a carne do animal chegue à mesa de todos os angolanos, considerando os nutrientes e benefícios à saúde”.

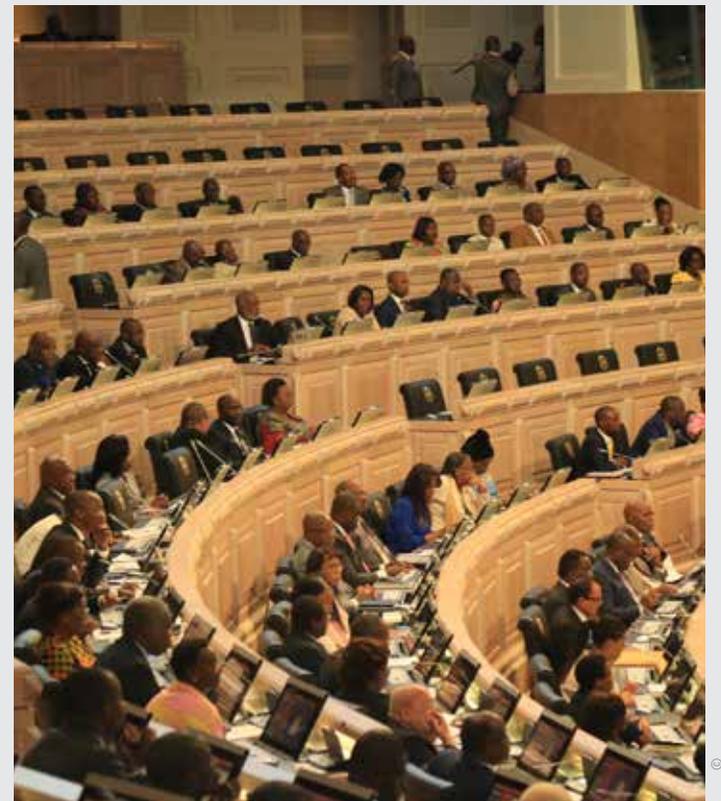
O COELHO NO MUNDO

Dados internacionais disponíveis asseguram que, em 2020, o mercado internacional da carne de coelho movimentou cerca de 241,64 milhões de dólares, 124,12 milhões dos quais cor-

respondem ao valor de exportação e 117,52 milhões de dólares de importação. A Hungria foi o maior exportador com 30,47 milhões de dólares, seguindo-se a Espanha (23,82 milhões), França (17,09), China (11,59) e Bélgica (13,33).

Por seu turno, a Alemanha é o maior importador, com 30,01 milhões de dólares, a Bélgica (11,67 milhões), Itália (9,70 milhões), Portugal (8,21) e a Suíça (6,18).

Nenhum africano consta do ‘top 15’ tanto de importadores como de exportadores, mas informações actuais dão conta de uma forte aposta no Zimbábue, que considera existir um potencial significativo para gerar receitas em divisas. E focam-se para os Estados Unidos e a China como mercados potenciais para a exportação.



DEPOIS DE TEREM CONFIRMADO

Deputados falham encontro com a sociedade civil

O encontro anual das organizações da sociedade civil com a 4.ª Comissão de Administração do Estado e Poder Local da Assembleia Nacional e outras instituições do Estado ficou marcado pela ausência dos deputados que não se dignaram justificar a falta de comparência.

Organizado pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (Adra), o encontro aconteceu na quinta-feira, 29 de Abril, em Luanda, e teve como objectivo a promoção de um espaço de diálogo entre a sociedade civil e instituições do Estado sobre os desafios de desenvolvimento em Angola.

Os deputados Ovídio Pahula e Djamila de Almeida, ambos do MPLA, de acordo com a organização,

foram os indicados pela presidência da 4.ª Comissão para participarem no programa.

O facto ocorre cerca de duas semanas depois de a Adra e outras organizações da sociedade civil terem participado, a convite da Assembleia Nacional, na auscultação da proposta de revisão “pontual” da Constituição, na sede do Parlamento.

Na abertura do evento, Carlos Cambuta, director-geral da Adra, lembrou que, com a covid-19, as organizações abrandaram as actividades, sendo que muitas passaram a ser realizadas de forma virtual.

O VALOR tentou perceber junto da secretaria da Assembleia Nacional as razões da ausência dos deputados, mas não obteve esclarecimentos, tendo recebido apenas desta a promessa de um pronunciamento à posteriori.

Mercados & Negócios

EMPRESA PREVÊ ARRECADAR 50,3 MIL MILHÕES DE KWANZAS

BPC Imobiliária coloca à venda 480 activos

ALIENAÇÃO. Empreendimentos do consórcio BPC – ABC fazem parte dos activos colocados à venda pela imobiliária do maior banco público. Funcionários do banco e de instituições públicas serão privilegiados. Público em geral vai candidatar-se a 20% do total dos imóveis.

Por Guilherme Francisco

A BPC Imobiliária, o braço imobiliário do maior banco público, arranca esta semana com a venda, em leilão, de mais de 480 activos distribuídos a nível nacional, prevendo um encaixe de pelo menos 50,3 mil milhões de kwanzas, antecipou ao VALOR o administrador da empresa.

Numa primeira fase, que será lançada esta semana e deve durar quase dois anos, serão vendidos 239 imóveis.

Segundo Óscar Rodrigues, entre ao activos a serem alienados, constam os empreendimentos do consórcio BPC – ABC que se encontram em estado de abandono, conforme reportado há duas semanas por este jornal.

Além de servir para a diminuição de custos que estes activos representam para o banco, sobretudo em segurança, manutenção e impostos, a venda do parque imobiliário vai também no sentido do cumprimento das orientações do Banco Nacional de Angola (BNA) que obrigam os bancos a desfazerem-se de imóveis não essenciais ao exercício da actividade, conforme determinado da Lei de Bases do Sistema Financeiro. “Tudo o que forem activos que não estão no core financeiro do banco estão dentro deste pressuposto de alienação dos activos. A directiva do BNA define que os bancos não deverão ter activos não core no seu balanço e, dentro do pro-



Óscar Rodrigues,
administrador
da BPC Imobiliária

239

Imóveis estarão disponíveis na primeira fase que arranca esta semana

cesso de reestruturação e capitalização do banco, tem, de facto, de se desfazer destes activos, até porque tem necessidade de criar liquidez, melhorar o balanço, para poder fazer face às necessidades, com particularidade a concessão de crédito”, explica

Rodrigues, que revela também a previsível extinção da parceria existente com a empresa ABC.

IMÓVEIS RENDEM 50,3 MIL MILHÕES DE KZ

Dos 480 imóveis a serem comercializados, 66% encontram-se em zonas urbanas e 34% em rurais, estando localizados maioritariamente em Luanda, Bengo, Huíla e Benguela. Cálculos da imobiliária indicam que o banco terá investido pelo menos 29,8 mil milhões de kwanzas. E para se chegar aos 50,3 mil milhões de kwanzas em vendas, alguns critérios foram já determinados. Os imóveis sociais, desde viven-

das e apartamentos, numa proporção de 80%, serão vendidos preferencialmente aos funcionários do banco que, eventualmente, venham a beneficiar de crédito, e aos trabalhadores de instituições públicas. O público, em geral, deverá candidatar-se para os restantes 20% dos imóveis e a preferência deve recair sobre clientes com salário domiciliado na instituição e sobre os que puderem pagar a pronto. E mais: o critério para o público geral “será o pagamento obrigatório por liquidez”.

Já os imóveis comerciais, como, por exemplo, terrenos, lojas, prédios comerciais ou outros tipos

que não sejam de apoio social, serão vendidos via leilão e a primazia será sempre o pronto pagamento, podendo o cliente buscar financiamento a outros bancos, já que o BPC não deverá conceder financiamentos a propósito. Entretanto, o banco admite apoiar os seus funcionários e de outras instituições públicas em casos, por exemplo, em que seja necessário fazer-se loteamento, face à necessidade daqueles que optem pela construção auto-dirigida.

O processo todo será feito no site da imobiliária, o que permitirá o cliente acompanhar ao pormenor. “Todo este processo de alienação dos activos vai poten-

NO I TRIMESTRE DE 2021, o Departamento de Conduta Financeira, no domínio da gestão das reclamações apresentadas directamente ao Banco Nacional de Angola, registou um total de 510 reclamações, menos 105 comparativamente ao período homólogo de 2020.

ciar-se na vertente transparência, lisura e equidade. E começou logo pelo processo em que o próprio banco tomou a iniciativa de não fazer a gestão destes activos e ter entregado a uma participada que tem esta especialidade”, observa o administrador da BPC Imobiliária.

PROMITENTES-COMPRADORES SEM DINHEIRO

A BPC Imobiliária admite ter subido o preço das residências no condomínio Lírius, no Benfica, devido ao actual contexto económico. A decisão foi, entretanto, inicialmente contestada pelos promitentes-compradores. Segundo a imobiliária, 90% dos clientes são funcionários do banco, que outrora aderiram ao processo de compra com o pagamento do sinal. Todavia, as residências não foram entregues por falta de pagamento. “A imobiliária não conseguiu cumprir os prazos de entregas porque estes mesmos clientes não honraram os compromissos de pagamento”, clarifica Óscar Rodrigues. Explica ainda que “o nível de incumprimento originou que a gestão deste projecto derrapasse”. Negociações estão, no entanto, a ser feitas com os clientes, a maior parte dos quais sem possibilidade de continuar a pagar, pelo que lhes foram apresentadas agora três soluções: pagar com os respectivos aumentos, receber outra residência num dos projectos no mesmo valor da anterior ou solicitar de volta o dinheiro até agora pago, com o dobro do valor do sinal, como já o fizeram alguns, invocando questões de saúde.

BPC ABRE QUEIXAS-CRIME CONTRA EMPRESÁRIOS

A alegada venda ilegal de quatro imóveis no condomínio 100 Casas, no Talatona, em Luanda, por parte de Hélio Francisco, apresentado à BPC Imobiliária como financeiro da Energy Engineering Angola, do empresário Mário Calado, levou à abertura de queixas-crime contra os dois empresários.

Uma das queixas refere-se a um alegado abuso de confiança de Mário Calado e outra a uma suposta burla atribuída a Hélio Francisco, que também está a ser acusado por clientes que se consideram vítimas.

Os processos já se encontram nas mãos do Ministério Público e, em Fevereiro, ao VALOR, o empresário Hélio Francisco considerou as acusações de “calúnias e difamatórias”.



EXERCÍCIO DE 2020

Lucros da Ensa crescem 277%

BALANÇO. Crescimento do resultado líquido é justificado, entre outras medidas, com a descontinuação de determinados contratos, incluindo de consultoria. Seguradora vai aumentar o capital social.

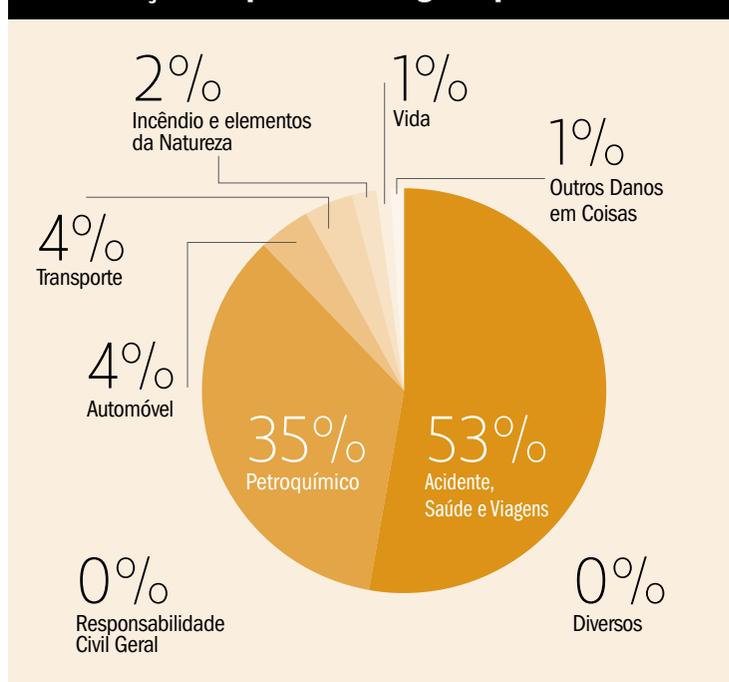
Por Gil Lucamba

A Ensa obteve resultados líquidos de 17,7 mil milhões de kwanzas no exercício anterior, superando em 277,6% os resultados negativos de 2019 que se fixaram nos 9,9 mil milhões de kwanzas.

A administração da seguradora justifica o crescimento com “as medidas adoptadas no Plano Estratégico 2020/2022”, destacando a “revisão e a não renovação de alguns contratos de prestação de serviço, incluindo consultoria”, bem como a negociação e regularização com prestadores clínicos que, a 31 de Dezembro de 2019, ascendiam os 12 mil milhões de kwanzas. A empresa destacou ainda a melhoria do processo de cobrança dos prémios de seguro em dívida e a introdução de acordos de regularização das referidas dívidas.

Nesta perspectiva, revela a seguradora, o resultado técnico do seguro directo registou um saldo

Distribuição dos prémios de seguros por ramo da ENSA



positivo de 20,1 milhões de kwanzas, um crescimento de 20%.

No ano passado, a empresa justificou o resultado negativo de 9,9 mil milhões, face ao saldo positivo de 2,5 mil milhões de kwanzas do ano anterior, com o “reforço das provisões técnicas”, e com a “cons-

tituição de provisões para prémios em cobrança” e ainda “componentes que, devido à antiguidade, são de difícil cobrança”.

Agora, fruto do resultado do período de 2020, a empresa vai realizar um aumento do seu capital social na ordem de 5 mil milhões.

Os dados da Ensa, ainda sem o parecer do auditor, mostram que a empresa alcançou, até 31 de Dezembro, prémios brutos de 84.614.573, representando um crescimento de 33% quando comparado ao período anterior.

A subida foi influenciada essencialmente pelos seguros de petroquímica que registou um crescimento de 177%, passando de 10,5 para 29,3 mil milhões de kwanzas.

As categorias acidente, saúde e viagens continuam, entretanto, a liderar em termos de carteira com 44,6 mil milhões de kwanzas, tendo registando um crescimento de 6%, face a 2019, em que o valor se cifrou nos 42,1 mil milhões de kwanzas. Apesar do resultado negativo de 26%, o seguro automóvel segue a ser o terceiro produto da carteira da seguradora, fechando 2020 com cerca de 3,6 mil milhões de kwanzas.

SINISTROS PENDENTES DIMINUEM 31,4%

Em 2020, a empresa registou um total de 3.015 sinistros, sendo o rácio global sinistros/prémios do exercício de 54,7%, superior aos 50,38% de 2019.

Em termos de indemnizações, no período, foram pagos mais de 46,3 mil milhões de kwanzas, um aumento de 44% face a 2019. No que diz respeito a sinistros pendentes, a seguradora registou uma redução de 31,4% ao passar de 6.487 no início do exercício para 4.446 como resultado do encerramento de 5.056 processos e o registo de 3015 novas participações.

Os custos operacionais ficaram em 23.649.684.892, que, comparativamente ao exercício anterior, registaram um aumento de 11,6% e os custos com pessoal em 22.513 contra os 15.843 de 2019, sendo que este crescimento se deveu essencialmente ao pagamento de estímulos aos trabalhadores e ao reconhecimento das contribuições do Fundo de Pensões da Ensa.

A seguradora, refere o seu relatório, por força do decreto presidencial nº56/21, de 2 de Março, foi colocada na titularidade directa do Estado, através do Ministério das Finanças, e, como consequência, o grupo Ensa – Investimentos e Participações E.P deixou de ser accionista da Ensa.

Até 31 de Dezembro de 2020, a seguradora apresentava um quadro de 578 colaboradores, abaixo dos 631 do período anterior.

Mercados & Negócios

CASO ROYAL SEGUROS

Arseg justifica suspensão com o objectivo de ajudar seguradora a reformar-se

SEGUROS. Revogação pode ser o passo seguinte caso a seguradora não supere as insuficiências. Posicionamento do supervisor contrasta com opção do BNA pela revogação imediata das licenças de bancos.

Por Redacção

A Arseg justificou a opção da suspensão “temporária da contratação de novos seguros”, em detrimento da revogação da licença da Royal Seguros, por considerar a segunda “uma medida de última ratio”, que é tomada apenas se esgotadas todas as outras opções.

“Para o caso em apreço, afigurou-se como medida adequada a aplicar a suspensão temporária da contratação de novos seguros, pois permitirá que as seguradoras se foquem na implementação, com o acompanhamento directo do regulador, das reformas necessárias para restabelecer as condições adequadas de operabilidade, sem prejudicar a obrigação das mesmas, de honrarem os compromissos previamente assumidos relativamente aos contratos de seguros anteriores à citada suspensão”, explicou a Arseg ao VALOR.

A instituição, entretanto, considerada a possibilidade de revogar a licença, “se a situação de insuficiência continuar ou agravar-se”,



salientando que “esta poderá ser a próxima medida”.

“Compete à Arseg, através da tomada de medidas de regulação e supervisão, salvaguardar o normal funcionamento do sector. Estamos, com efeito, a fazer o nosso trabalho no sentido de garantir um mercado equilibrado em matéria de capital e de risco, pelo que, se surgirem indicadores prudenciais e comportamentais que comprometam o normal funcionamento do mercado, a

Arseg tomará as medidas mais apropriadas em função da situação concreta verificada.”

O posicionamento do supervisor da actividade de seguros levou diversos players do sector financeiro a recordarem-se do posicionamento do Banco Nacional de Angola (BNA), enquanto supervisor da actividade bancária, no tratamento de alguns dossiers com destaque para a revogação das licenças dos bancos Mais e Postal em Janeiro de 2019. Os dois bancos viram as licenças revogadas, alegadamente, por não terem observado a obrigatoriedade de aumento de capital social mínimo e fundos próprios em 7,5 mil milhões de kwanzas, até 31 de Dezembro do ano passado. Na ocasião, diversos players do sector defenderam que o BNA se havia excedido.

Este ano, a Arseg revogou a licença de três seguradoras. Da Garantia Seguros, S.A” por “dificuldades financeiras” para o exercício da actividade seguradora e incapacidade para “indemnizar sinistros” há anos, bem como da Meu Seguro, por falsas declarações relativas aos recursos financeiros usados para a realização do capital.

O sistema de regulamentação e supervisão do sector financeiro em Angola é tripartido. O Banco Nacional de Angola é responsável pela actividade financeira bancária e não bancária, enquanto a Arseg se ocupa da actividade seguradora. Já a Comissão de Mercados de Capitais se responsabiliza pelos mercados de valores mobiliários e instrumentos derivados.



Ricardo Ágoas,
CEO da
empresa

PRODUÇÃO DE MÁSCARAS

Empresa quer restrições na importação

Influenciada pela pandemia da covid-19, a empresa Huiladesign, antes dedicada à produção de imagem corporativa e impressão digital de grandes formatos, começou a operar desde o final do ano passado na produção de máscaras médicas, com um investimento privado de 500 mil dólares. E pede agora ao Governo medidas de protecção da indústria nacional.

Ricardo Ágoas, CEO da empresa, garante que o produto obedece aos padrões internacionais, o que desperta compradores não só da Huíla, mas também de grande parte dos hospitais privados em Luanda.

“A produção de máscaras é realizada de acordo com o ritmo da procura. Não estamos, sequer, em capacidade total. Temos, para entrega imediata, cerca de 18 mil caixas nos armazéns de Lubango e de Luanda. Pela amostra de nove meses de produção, as nossas previsões são entre 700 mil e um milhão de máscaras por mês”, augura.

A comercializar a caixa de máscara ao valor de 6 mil kwanzas, chegando a reduzir para 3.750 nas grandes aquisições, a empresa vendeu até agora 500 mil máscaras, núme-

ros que, para o empresário, não representam grandes ganhos financeiros. “Ainda estamos muito abaixo das nossas expectativas, apesar de não termos 12 meses de fabrico. Encontramo-nos muito distantes de recuperar o investimento, mas estamos atentos às mutações do mercado e oportunidades”, refere, apontando a meta de produção de um milhão de máscaras por mês entre os objectivos imediatos.

Com o aumento da produção, Ricardo Ágoas espera que o Governo incentive os produtores, não só em termos fiscais, mas também na promoção do consumo, como gesto de valorização da oferta nacional. “É urgente proteger o fabrico nacional de máscaras e isso implica que as entidades competentes limitem as importações; implica a preferência pelas máscaras nacionais por parte do poder central, como mensagem clara e inequívoca de protecção ao fabrico nacional”, defende, descartando a exportação, face ao interesse manifestado por alguns países vizinhos. Com a produção a ser assegurada completamente por matéria-prima importada, a Huiladesign conta com uma força de trabalho de 32 pessoas.

Por Guilherme Francisco

Taça Cheia



96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

DE JURE

Mário Muijica © VE



Francisco Queiroz,
ministro da Justiça
e dos Direitos
Humanos, Angola.

MOROSIDADE NOS JULGAMENTOS

Processos judiciais abertos à consulta livre

Dentro em breve, será possível proceder-se a consultas de processos judiciais que decorrem nos tribunais. Ou seja, quem estiver interessado poderá, por iniciativa própria, de entre outras, procurar saber as razões por que demora a ser julgado.

A garantia é do ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, que, no final da primeira sessão extraordinária do Conselho de Ministros, admitiu ser necessário os cidadãos passarem a saber como andam os processos nos tribunais.

"A população precisa, muitas vezes, de saber do andamento dos

processos, se falta muito e porque demoram a ser julgados", sublinhou o dirigente, esclarecendo que este passo será efetivado mal comece a vigorar a Lei orgânica sobre a organização e funcionamento das secretarias judiciais e administrativas dos tribunais, dos serviços de apoio técnico aos magistrados.

A medida, de acordo com Francisco Queiroz, surge para estabelecer a estrutura organizacional e o modo de funcionamento das referidas secretarias judiciais. O diploma já foi aprovado pelo Conselho de Ministros e aguarda apenas o beneplácito da Assembleia Nacional.

A referida Lei propõe-se definir os serviços de apoio aos Tribunais de Jurisdição Comum,

MEMORIZE

- **Governo prepara lei orgânica sobre a organização e funcionamento das secretarias judiciais e administrativas dos tribunais, dos serviços de apoio técnico aos magistrados que deve estabelecer a estrutura organizacional e o modo de funcionamento das secretarias judiciais. Diploma foi aprovado, recentemente, pelo Conselho de Ministros.**

desde o Supremo, passando pelos da relação até aos de Comarca.

As secretarias de apoio vão dispor de serviços de comunicação institucional, técnico tecnológicos, de apoio aos advogados e aos cidadãos. E reforça que, em cada um desses níveis de tribunais, haverá serviços para apoiar os advogados e quem acorra aos tribunais, especialmente a população.

Além da lei orgânica sobre a organização e o funcionamento dos tribunais de jurisdição comum, no quadro da Reforma da Justiça e do Direito em curso no país, discutem, em breve, a proposta de Lei orgânica dos Tribunais da Relação, a proposta de Lei do Conselho Superior da Magistratura Judicial e a proposta de lei que aprova o estatuto dos magistrados judiciais.

CONSTITUIÇÃO

OPSA mostra-se "preocupado"

O Observatório Político e Social de Angola (Opsa) mostra-se "preocupado" com as alterações propostas sobre o poder judicial.

Num comunicado, o Observatório considera a proposta "controversa" e acredita que pode "trazer efeitos mais negativos do que as vantagens que procura estabelecer".

A organização coordenada por Sérgio Calundungo "receia que a alteração da ordem de precedência dos tribunais superiores tenha o efeito nefasto de, aos olhos de todo o mundo, se restringir o órgão constitucional, que é uma das garantias do respeito pela própria Constituição".

O Tribunal Constitucional, recorda a nota do Opsa, foi apresentado, em 1992, como a pedra angular do Estado de direito que se queria construir em Angola". "A proposta de alteração irá apenas "servir para suscitar dúvidas desnecessárias sobre a estabilidade dessa construção", defende a organização.

O Opsa, no entanto, aprova outros pontos da proposta de revisão da Constituição, como a "institucionalização do Banco Nacional de Angola (BNA) como entidade administrativa independente, votação dos angolanos no exterior, inelegibilidade do Presidente da República que se auto-demita durante um segundo mandato e ampliação dos mecanismos de fiscalização do Parlamento.



MOÇAMBIQUE, CABO-DELGADO

Total evoca 'força maior' pela primeira vez

PETRÓLEO. A insegurança na zona norte de Moçambique, onde está instalado aquele que é o maior investimento num projecto no continente africano, levou a petrolífera a declarar "força maior" para justificar a suspensão de contratos e obrigações devido a um evento além do controlo das partes.

Por Redacção

Uma das 'super-seven', as sete maiores produtoras de petróleo do mundo, a francesa Total, evocou a figura contratual das letras pequenas dos contratos "força maior" pela primeira vez na história da companhia fundada em 1924, a propósito da suspensão da produção de gás em Cabo Delgado, Moçambique. O termo contratual é evocado para justificar o incumprimento de obrigações contratuais com factores externos e fora da melhor capacidade de gestão da multinacional que suspendeu o projecto.

A porta-voz da empresa, Anastacia Zhivulina, afirmou que a petrolífera não está em condições de cumprir obrigações em resultado da severa deterioração da situação de segurança. "Considerando a evolução da situação de segurança no Norte de Cabo Delgado, a Total confirma a retirada de todo o pessoal do projecto Moçambique LNG. A Total expressa a solidariedade para com o governo e o povo de Moçambique e deseja que as acções desenvolvidas permitam o restabelecimento da segurança e estabilidade na província de forma sustentada", lê-se no comunicado da empresa.



"É prudente a evocação de "força maior" pela Total, vai ajudar a mitigar os custos incorridos pelo consórcio concessionário do projecto de gás e pelas empresas subcontratadas, sem implicar o fim do empreendimento. O primeiro efeito é mitigar mais custos que eventualmente possam ser incorridos por serviços que não podem ser providenciados. Neste contexto, a Total poderá discutir com as empresas contratadas as formas de minimizar o impacto negativo decorrente da paralisação."

Carlos Zacarias, presidente do regulador do sector petrolífero em Moçambique

A ameaça de ataques rebeldes na região e a insegurança já dura há cerca de três anos, mas subiu de tom. O ataque de rebeldes armados à vila de Palma em Cabo Delgado, Norte de Moçam-

bique, no dia 24 de Março, tornou evidente a falta de controlo das forças do governo que tentava manter o controlo sobre a zona onde está instalado o projecto de extracção de gás Moçambique LNG e deixou

um rasto de destruição e morte. Centenas de mortos, muitos trabalhadores do projecto Moçambique LNG, alguns estrangeiros que foram degolados ou abatidos, perto de um milhão de des-

15

Mil milhões de dólares financiamento subscrito pela Total com base a um projecto petrolífero agora adiado

locados e a suspensão do maior investimento num projecto em África, cerca de 20 mil milhões de USD, justificam a decisão de retirada de todo o staff do LNG Moçambicano.

Para centenas de empresas subcontratadas pela Total para o projecto Moçambique LNG, o impacto da decisão é devastador porque também elas contraíram empréstimos que têm de honrar, muitas perderam equipamentos e até funcionários nos ataques e ficam agora algo entregues à sua sorte.

A Total é signatária de cerca de 15 mil milhões de USD em empréstimos com base no projecto que tinha previsão de início de produção em 2024, e que já levava algum atraso devido a ataques de insurgentes na região e à pandemia da covid-19. Sem uma data para retorno da actividade, a decisão da evocação de "força maior" aparece como a solução de gestão de desastre possível até que o governo garanta a segurança na região, possibilitando a retoma do projecto.

(In)formalizando

AAIM DEFENDE REVISÃO DA LEI

“Lei arcaica impede inclusão financeira”

MICROFINANÇAS. Falta de legislação actualizada não proporciona um ambiente favorável ao exercício da actividade plena de microfinanças, segundo o presidente da Associação Angolana das Instituições de Microfinanças (AAIM).

Por Guilherme Francisco

A actual lei e os instrutivos auxiliares que regulam as operações de microcrédito não se adequam aos dias de hoje, pelo facto de não acompanharem o contexto macroeconómico, tão-pouco proporcionarem um ambiente favorável para o exercício da actividade plena de microfinanças.

Quem o diz é o presidente da Associação Angolana das Instituições de Microfinanças (AAIM), Joaquim Catinda, para quem o vazio legal limita em grande medida os operadores que per-

sistentemente expõem esta preocupação ao regulador.

“Somos apologistas de que se deve atender à especificidade da indústria de microfinanças ao invés de condicioná-la à prática da banca formal, bastando, para o efeito, criar o diploma, limitando e separando o âmbito de intervenção de cada uma delas”, defende Catinda.

O líder associativo aponta a falta de regulamentação como o principal impedimento à efectivação do processo de inclusão financeira, ou seja, a não implementação de soluções financeiras de pouca complexidade para os extractos populacionais de baixo e médio rendimentos, como, por exemplo micropoupança, microcrédito, micro-seguros, microleasing. “A regulamentação actual força e condiciona as instituições



Joaquim Catinda,
presidente
da AAIM

MEMORIZE

● **Lei que regula as operações de microcrédito é de 2015 e “condiciona” a actividade dos operadores, de acordo com o líder da Associação Angolana das Instituições de Microfinanças.**

existentes e as potenciais a aderirem aos requisitos aplicados para a banca clássica, o que é, a todos os títulos, inviável e contraproducente”, observa, apelando para a urgente revisão da legislação.

“É necessária maior celeri-

nal de direitos que deviam ser usufruídos por todos”, lamenta.

Joaquim Catinda defende, por outro lado, a inserção das instituições de microfinanças entre as que concedem crédito no âmbito do Prodesi, para a agricultura familiar obter “maior expressão e vitalidade”, visto que se organiza em escala micro, constitui-se na principal fonte de sustento das famílias rurais e não só. “Sendo que um dos objectivos do Prodesi é potenciar os micro e pequenos negócios, torna-se indispensável a inclusão dos operadores de microfinanças nesta cadeia, por serem detentores de ‘know-how’ bastante sobre a matéria, o que faz deles os melhores parceiros para o sucesso do programa”, explica. Catinda considera imperativo repensar “a legislação, a tributação, a disponibilidade de recursos, a formação e todos os mecanismos existentes de apoio as cadeias produtivas, quer seja da agricultura, pescas, tecnologias e outras. É importante e de todo aconselhável que se reveja e se ajuste toda a arquitectura sobre a qual assenta o ambiente de negócios de uma forma geral, de modo a torná-lo eficiente e capaz de cumprir com os objectivos nobres que estão na base da sua criação”.

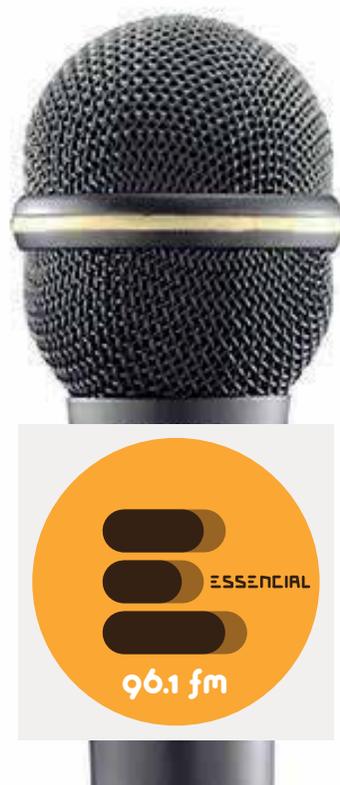
OPERADORES DE MICROCRÉDITO SUFOCADOS

A pandemia da covid-19 provocou um impacto negativo enorme, ainda não mensurado, às instituições de microfinanças. A redução do poder de compra e o aumento do custo de vida têm condicionado o cumprimento das obrigações creditícias. Joaquim Catinda explica tratar-se de uma realidade “difícil e constrangedora”, pois o objectivo maior é “a maximização da actividade e o aumento de capacidade de geração de excedentes para garantir a continuidade das operações”.

“A metodologia solidária, por exemplo, que se resume em financiamento sem a apresentação de qualquer garantia, é fortemente afectada no actual contexto e quase que nenhum operador está disposto a correr o risco de continuar a financiar este segmento, de amplo espectro social, advindo dessa situação de ruptura, maior degradação da situação socioeconómica de inúmeros agregados familiares que dependiam dessa forma de financiamento”, refere.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

O papel importante da China na governança ambiental mundial



Gong Tao,
Embaixador
Chinês

De 22 a 23 de abril, por ocasião do 'Dia da Terra', 38 chefes de Estado realizaram a cimeira sobre o clima.

O presidente Chinês, Xi Jinping, participou e fez um importante discurso intitulado "Juntos para construir uma comunidade de vida entre o homem e a natureza". O presidente Xi analisou profundamente a conjuntura e os severos desafios da mudança climática, explicando de forma abrangente e sistemática a rica conotação e a essência do conceito de "comunidade de vida entre o homem e a natureza" pela primeira vez. Ponto 1: devemos aderir à coexistência harmoniosa do homem e da natureza. Ponto 2: persistimos no desenvolvimento verde. Ponto 3: insistimos na governança sistemática. Ponto 4: colocamos as pessoas em primeiro lugar. Ponto 5: defendemos o multilateralismo. Ponto 6: aderimos ao princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas. Este é o 'Plano Chinês' que põe em consideração o futuro e destino de toda a humanidade e responsabilidade para com as pessoas do mundo e as gerações futuras, com o fim de fortalecer a governança ambiental global e apontar o caminho para um mundo limpo e bonito.

A China nunca esteve ausente no tratamento das mudanças cli-



máticas. Como participante, contribuinte e líder na construção da civilização ecológica global, a China tem feito esforços incessantes para construir uma comunidade de vida entre o homem e a natureza com ações práticas. A China se esforçará para atingir o pico de emissões de carbono até 2030 e a neutralização de carbono até 2060. O prazo que a China prometeu é muito mais curto do que os países desenvolvidos ao longo da história. As novas medidas da China são tangíveis e de alto valor, o que reflecte a firme determinação e responsabilidade da China para lidar com a mudança climática.

A terra é o único lar do qual a humanidade depende para sobreviver. As mudanças climáticas constituem um desafio comum da humanidade inclusive a China e Angola. Como o

A China não é um orador que apenas fala em vão, mas sim um atuante no enfrentamento dos desafios das mudanças climáticas.

maior país em desenvolvimento, a China constrói a sua própria civilização ecológica e, ao mesmo tempo, actua na governança global do clima. Hoje, o povo chinês compartilha da visão do presidente Xi Jinping de que "águas limpas e montanhas verdes são

tão valiosas quanto montes de ouro e prata". Desde 2012, a construção da civilização ecológica tornou-se parte integrante de uma estratégia nacional, de tal maneira que a China alcançou resultados significativos na implementação do Acordo de Paris. A China vem acelerando as ações para a conservação de energia e a redução de emissões. O país tem o maior sistema de geração de energia com carvão limpo e responde por 24% do total da capacidade instalada de energia renovável do mundo. É também campeã na soma de capacidade de geração de fontes hídrica, eólica e fotovoltaica. Por mais de uma década, a China tem sido o maior investidor mundial em energias renováveis e figura como o principal fabricante de equipamentos de energias limpas. Além disso,

metade da frota mundial de veículos movidos a novas energias circula na China. Em 2019, o país respondeu também por metade das aquisições de carros desse tipo no mundo. Nos últimos oito anos, o consumo de energia por unidade do PIB diminuiu em quase 25%, o que equivale a 1,27 mil milhão de toneladas de carvão. Para tanto, a China vai acelerar a otimização da estrutura industrial e da matriz energética, conforme os conceitos verde e de baixo carbono, promovendo uma inovação na tecnologia, nas actividades económicas e nos modelos de negócios. Com isso, espera-se formar um novo paradigma de modernização em que o homem se desenvolva em harmonia com a natureza.

As responsabilidades precisam de ser compartilhadas e os desafios precisam de ser enfrentados em conjunto. A China não é um orador que apenas fala em vão, mas sim um atuante no enfrentamento dos desafios das mudanças climáticas. A China adere à prioridade ecológica, prossegue no caminho de desenvolvimento verde e de baixo carbono e esclarece o cronograma e o roteiro do "pico de carbono" "neutralização de carbono" através duma série de medidas visíveis, tangíveis e eficazes, e desempenha o papel de participante, contribuinte e líder na construção da civilização ecológica global. Acreditamos que, enquanto todos os países do mundo pensarem e trabalharem juntamente para construir uma comunidade para todos, a humanidade será capaz de lidar com o clima global e os desafios ambientais e deixar um mundo limpo e bonito para as gerações futuras.

“O sector segurador em Angola enfrenta uma profunda reforma do quadro legislativo relativo ao acesso e ao exercício da actividade seguradora e resseguradora no país.”

A gestão de **risco** futura **no sector** segurador em Angola



Danilson Semedo,
Seniores
Managers EY



Dora Leal,
Seniores
Managers EY

processo de consulta pública pela Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (Arseg), tal como destacou Carla Sá Pereira, Insurance Consulting Leader da EY no seu artigo ‘Está em curso uma profunda reforma legislativa do sector em Angola’, uma das matérias que trará grandes desafios de actuação é o futuro sistema de gestão de riscos das seguradoras.

De acordo com o referido documento, a Arseg fixará por norma regulamentar requisitos mínimos dos sistemas de gestão de riscos que as empresas de seguros terão de assegurar, tendo como regime transitório o prazo de dois anos para a sua implementação. Os elementos que cada seguradora deverá ter em conta na implementação destes sistemas não são ainda conhecidos.

Fazendo um paralelismo com o que foram os princípios gerais aplicáveis ao desenvolvimento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno emitidos por norma regulamentar do regulador português no âmbito do regime de solvência anteriormente em vigor em Portugal, destacamos como principais requisitos e desafios de implementação nesta temática os seguintes:

- A implementação de uma cultura de risco organizacional. Toda a estrutura da empresa deverá reconhecer a importância da gestão do risco e controlo interno, sendo exigido um maior ónus aos directores de topo enquanto responsáveis pela disseminação desta cultura
- O processo de identificação, avaliação, mitigação e monitorização dos riscos tem de ser desenvolvido, implementado e documentado/formalizado
- O sistema de gestão de riscos a implementar deverá incluir uma definição das regras e procedimentos de identificação e hierarquização dos riscos e incluir análises qualitativas e quantitativas de risco adequadas bem como definir os níveis de apetite e tolerância ao risco
- As seguradoras deverão estabelecer na estrutura organizacional a função de gestão de riscos que desempenhe as suas funções de forma independente.

Para deter um sistema de gestão de riscos eficaz, este deve estar integrado na estrutura organizacional das seguradoras e suportar o pro-

cesso de tomada de decisão. Para tal, as áreas de gestão de risco terão de ser capazes de compreender a estratégia de negócio e desenvolver um processo e procedimentos que permitam identificar os principais riscos a que as empresas estão expostas (riscos seguros associados ao negócio não vida e ao negócio vida, riscos de mercado, riscos de crédito e/ou contraparte, riscos operacionais, entre outros). A mensuração adequada destes riscos é crucial para poder controlá-los e propor planos para mitigação dos mesmos e suportar as tomadas de decisão pelo conselho de administração.

Perante este contexto de transformação do quadro regulatório, as seguradoras deverão, antecipadamente, definir e implementar um programa de implementação de um sistema de gestão de riscos e de controlo interno robusto, em linha com as melhores práticas internacionais e orientações do regulador local, com vista a assegurar conformidade total com os requisitos enunciados em tempo útil e, principalmente, com vista que permita uma efectiva gestão dos riscos a que estão expostos.

Num contexto de mercado onde se encontra em curso uma profunda reforma do quadro legislativo do sector segurador em Angola, o sistema de gestão de riscos e de controlo interno terá maiores exigências e desafios

O sector segurador em Angola enfrenta uma profunda reforma do quadro legislativo relativo ao acesso e ao exercício da actividade seguradora e resseguradora no país. De entre as diversas exigências previstas no documento que esteve em



Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Na semana que passou, os principais eventos a marcar em actualidade continuaram a ter um pendur muito focado sobretudo no passado. E, apesar de ser certo que, como diz a sabedoria popular, 'quem não conhece o seu passado é como uma árvore sem raízes', o problema de se viver no passado é evidentemente o risco de se esquecer e não valorizar o presente e, sobretudo, de não se preparar o futuro.

A semana iniciou com notícias de que a nossa PGR foi de avião expressamente receber em mãos a lista dos endinheirados que, no passado, enterraram verdadeiras fortunas em Portugal. Isto foram notícias que a PGR veio depois negar, pergunto-me se por causa do embaraço que causam sempre os áudios de resposta da Tchizé dos Santos ou pelo embaraço de os media portugueses terem destacado nessas notícias a falta de interesse da nossa PGR na fortuna lá plantada por duas figuras: Álvaro Sobrinho e Manuel Vicente (de quem se diz que será um, senão o homem mais rico de África).

Destacar esse detalhe é um factor de embaraço grande porque demonstra lá fora aquilo que "todas as mães já sabem" cá dentro, que é que a nossa justiça escolhe a dedo quem vai julgar com critérios que certamente não são de grandeza (senão o ex-vice seria prioritário em vez de preterido), nem critérios que sejam do interesse público, mas evidentemente das agendas de quem está no poder.

Este foco em quem supostamente roubou no passado vai continuar a ser problemático, primeiro porque muito boa dessa gente



está agora, no presente, ainda no Governo (lá estão as tais escolhas a dedo). E, quando começarem a falar das mansões e empresas e investimentos de uns, vão inevitavelmente aparecer a boiar as dos outros, alguns dos quais se quer proteger. O ministro da Energia, que viu uma extensa lista de casas, carros e barcos e de luxo tornada pública em Portugal, parece ter sido vítima desse fogo cruzado que vai continuar a disparar em todas as direcções e que não poupa sequer as filhas do actual Presidente e os apartamentos que alegadamente têm em países como os EUA.

Mas o foco no passado é problemático, sobretudo porque faz com que se desviem atenções não só de quem desvia no presente, mas de como se vai, de facto, prevenir que se desvie no futuro, o que, a um nível institucional, devia ser o mais importante. O combate à corrupção precisa de uma autoridade independente da política, com fundos próprios e dotada de capacidades que a tornem transparente e funcional, em vez de instrumentalizada.

Outra lembrança do passado foi o vídeo do ex-Presidente a sair do Dubai para Espanha. José Eduardo dos Santos magro, debilitado, continua a ter melhor figura do que muitos mais velhos da idade dele, mas mais relevante do que isso é que vai continuar a ser uma figura de inegável marca na História do país, independentemente de os gabinetes do seu partido a tentarem reescrever, removendo a sua foto de entre a de Agostinho Neto e de João Lourenço e do kwanza.

Pessoal do MPLA vira casacas que escarneceu da debilidade do ex-PR: como dizia o boneco brasileiro – "Deus tá vendoooo". Coisa feia essa demonstração de cobardia generalizada que impede qualquer demonstração pelo menos de respeito a uma figura a quem todos prestavam uma vassalagem enjoativa.

A propósito de reescrever a História, outra notícia de foco no passado foi a aprovação de mais de um milhão de euros em verbas pela Presidência da República para contar a História da luta de libertação dos PALOP. A comissão que trabalha

O combate à corrupção precisa de uma autoridade independente da política, com fundos próprios e dotada de capacidades que a tornem transparente e funcional, em vez de instrumentalizada.

nisso apresentou ao fórum PALOP um orçamento de 1,8 milhões de euros e o Presidente de Angola disse que já em Maio vai disponibilizar 1 milhão de euros para o projecto. Mas, e agora pergunto eu, é mesmo o momento?

Numa organização com 9 membros, Angola vai avançar com 55% do orçamento de um projecto de contar História, sem qualquer des-

primor para a História que é muito importante, mas vai fazer isso agora porquê? Isso não é showismo de 'banciar a rodada'? Temos tanta gente a tentar não passar à História agora, no presente, a comer do lixo, e vamos pagar 55% de um projecto que vai custar um milhão de euros aos cofres públicos para recontar o passado porquê? O valor não é elevado, mas qual é a mensagem que fica em termos de prioridades?

A petrolífera Exxon Mobile, que tinha orçamentado um pouco menos, um milhão de USD para a responsabilidade social em Angola, anunciou, também na semana passada, que vai encaminhar esse orçamento para o combate à malária, a primeira causa de morte dos angolanos. Priorizar é assim, olhar para o que mata mais, o que debilita mais e o que pode combater mais o desemprego – contar História é importante, mas certamente não será prioritário. Também o presidente do Banco Africano de Desenvolvimento lembrou na semana passada a importância de priorizar dizendo que, em África, o risco de se morrer de fome é muito maior do que o risco de se morrer de covid, razão pela qual o BAD vai investir 10,4 mil milhões de USD para apoiar colheitas estratégicas e melhorar a segurança alimentar no continente africano – priorizar é assim.

Esta fixação retrógrada com o tempo que lá vai, com construção de museu e biblioteca do Palácio da Cidade Alta, sempre com verbas que teriam melhor caminho se fossem dedicadas, por exemplo, à segurança alimentar, é sintomática de que os chefes pararam no passado e se recusam a dele sair. Entretanto, o presente vai ficando de lado e, mais uma vez, Angola está numa daquelas listas que ninguém quer estar... Diz um estudo de uma seguradora francesa que como a RDC, a Mauritânia ou a Síria que está em guerra, Angola está entre os 10 países do mundo sem futuro... e era nisso que era importante trabalhar no presente. "Passado é passado, amanhã é o futuro, mas hoje é uma dádiva, daí que se chame presente" – diz a frase famosa, no entanto, o presente da maioria dos angolanos ainda está longe de se parecer com um presente. Com esperança de que os nossos líderes mudem o presente e preparem o futuro em vez de viverem no passado, marcamos encontro sexta-feira na sua Rádio Essencial, e aqui neste espaço para a semana.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)



Edição 255 Likes 589 Partilhas 73

Ainda sobre a edição 255 do Valor Económico, os internautas comentaram, para além do abandono dos projectos do consórcio BPC-ABC, sobretudo a entrevista a Justino Pinto de Andrade, Líder do Bloco Democrático que criticou os dirigentes do MPLA dizendo que “Receiam ser apanhados como galinhas” numa edição que alcançou cerca de 50 mil internautas e mais de 5 mil interações na página do Facebook do VE.

Os comentários são seleccionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Marco Filipe Amaral
Galinha dá bué de trabalho para apanhar...



Isaias Cumba Oliveira
Marco Filipe Amaral
Pior quando a água já esta a ferver para ser depenada



Jose Carlos Ramos
Tristeza, que mentalidade. Que vale é que os actuais não têm a mesma mentalidade, são civilizados.



Joaquim Passos
Os galos já foram abatidos



Florinda Maria Ramos
A política do ódio continua



Alburquerquevirpio Cassongo
Uma guerra sem fim.
Dois mundos diferentes num só país!
Um de guerra política o outro de guerra social e económica.
Que Deus nos acuda!!!!



Jose Freire Manuel
Pura verdade



Guia Fernandes Kinimberg
Não te esqueças que nós o MPLA somos milhões. Acorda, deves estar a dormir



Joao Ambrosio Bernardo
É esse tipo de reconciliação que a Frente Patriótica tem manga para oferecer, caça as bruxas. Os outros mesmos são galinhas? Sinceramente...



Mvuala Roger
Aqueles que pensam assim devem saber que o aviário tem limitações



Marilia Silva
E vão ser, para aprenderem a não fazerem aos outros, muitos apanhados inocentes com provas duvidosas e ridículas. Tenho pena de vocês, tenho tido muita raiva, mas peço a Deus para limpar meu coração porque sou uma crente que vai à igreja louvar por isso não deve ter este tipo de sentimento. Minhas lágrimas caem todos os dias, mas um dia vai secar e serão vocês que as deitarão, podem crer, porque Deus não dorme. Não gosta de gente impiedosa, vingativa, arrogante, que usa do poder que tem para fazer mal os outros. Deus ouve as orações de seus servos na aflição e na dor. Vos marquei para sempre. Oxalá, que desapareçam do mapa



Esmeralda Vasconcelos
Primo porquê? Será que todos são corruptos tens muita família do MPLA um deles é teu irmão será que ele também é corrupto?



Maria Arlete Carlos André
Penso que houve erros de ambas parte melhor forma negociar e pensar Angola



Joyce Alberto
Roubaram porquê? Devolvam o que é nosso seus malandros. Não será a UNITA a vos caçar como galinha nós jovens é que faremos isso pelo agravamento dos nossos problemas e por adiarem o nosso futuro.



Luís Paulo Ndala
Eu sou do MPLA e estou aqui!!!



Nsimba Clementina
Porquê estes temas oh filho meu!

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7

Covid-19

1 MILHÃO DE DOSES

Arranca segunda fase da vacinação em Angola

Está disponível um total de um milhão de doses da vacina da Astra-Zeneca para administrar a segunda dose da vacina contra a covid-19, que arrancou segunda-feira, em Luanda, nos postos de vacinação do Complexo Turístico Paz Flor, no Morro Bento, e do Magistério Mutu-ya-Kevela, no Distrito Urbano da Ingombota.

Numa primeira fase, estão abrangidos os profissionais de saúde, efectivos dos órgãos de defesa e segurança, professores e pessoas com mais de 65 anos e comorbilidades.

Até à presente data, o país recebeu 824 mil doses de vacinas contra a covid-19. Neste mês, há previsão de receber 20 milhões de doses da Johnson & Johnson, Pfizer e Sputnik. Da quantidade, conta com um lote de 12 milhões de doses da vacina Sputnik, das seis milhões adquiridas o mês passado pelo Executivo a 111 milhões de dólares.



COM 603 ÓBITOS

Casos aumentam para mais de 27 mil

Angola regista 27.130 casos positivos a Covid-19 com o anúncio esta segunda-feira de um morto, 140 novos doentes e a recuperação de 227 doentes. Destes recuperados, segundo a ministra da Saúde, Sílvia Lutucuta, 220 residem em Luanda e sete na província do Kwanza-Sul.

Dos novos afectados, disse ainda a ministra, 134 foram diagnosticados na capital, cinco no Huambo e um no Zaire. Do total de novos casos, as idades variam dos dois aos 88 anos, entre os quais 77 homens e 63 mulheres. Já o óbito envolve um cidadão luandense acima de 50 anos.

No geral, desde Março do ano passado, o quadro apresenta 27.133 casos positivos, com 603 óbitos, 24.190 recuperados e 2.390 activos. Só nesta segunda-feira, os laboratórios processaram 2.627 amostras. Os primeiros dois casos da doença no País Angola foram anunciados a 21 de Março de 2020.

DE PREVENÇÃO NO BIÉ

Polícia incentiva cumprimento das medidas

Os efectivos da Polícia Nacional afectos ao Comando Provincial do Bié levam a cabo, durante esta semana, uma campanha de sensibilização a população sobre a importância do cumprimento das medidas de biossegurança.

O uso frequente e correcto da máscara nos locais públicos é das questões mais recomendadas pelos agentes da polícia que também fizeram questão de oferecer material de protecção a quem estava desprovido. O porta-voz da Polícia Nacio-

nal no Bié, António Hossi, advertiu os cidadãos incumpridores do decreto de Situação de Calamidade Pública se persistirem na tal prática serão detidos e obrigados ao pagamento de multas.

Segundo o director da saúde da província, João Campo, estão vacinadas 26.371 pessoas, em oito dos nove municípios. No stock tem 1050 doses de vacina, dos quais mil destinados à campanha de vacinação no município do Cuemba e as restantes para a vacinação dos mais de 40 médicos.



COMBATE À COVID-19

Japão apoia com 450 mil dólares



O governo japonês decidiu conceder através do Unicef uma ajuda de 450 mil dólares a Angola para fortalecer o sistema de gestão, armazenamento e distribuição da vacina da Covid-19 no país.

O valor concedido através do programa de assistência de emergência do Unicef faz parte dos 39 milhões de

dólares que o governo japonês 'largou' para apoiar 31 países da América Latina, Caribe e África para o combate à pandemia.

Segundo nota da embaixada, desde que iniciou a propagação da doença, o Japão já contribuiu financeiramente com 200 milhões de dólares. No caso de Angola, des-

taca o documento, "o apoio visa garantir que o UNICEF e o Ministério da Saúde trabalhem em estreita colaboração para o fortalecimento dos sistemas de gestão, armazenamento e distribuição da vacina contra a Covid-19", numa clara intenção de "conter o mais rápido possível a propagação da pandemia".

ANTICORPOS NEUTRALIZANTES contra a Covid-19 foram identificados em amostras de pacientes um ano após contraírem a doença, de acordo com investigação realizada pela Uniformed Services University of Health Sciences, nos Estados Unidos.



MAPUTO CONCENTRA MAIORIA DOS CASOS

Moçambique avança no Índico

Moçambique é, entre os lusófonos, o país que mais casos de covid-19 tem contabilizados: 181.772 casos suspeitos, desde o início da propagação do vírus no continente, em Março do ano passado.

Só nesta segunda-feira, o país registou mais dois óbitos, elevando as mortes para 88, e 175 novos casos positivos, num total de 12.161, dos quais 11.857 são de transmissão local e 304 são importados.

“Pacientes de 36 e 83 anos, ambos

de nacionalidade moçambicana, evoluíram para óbito após o agravamento do seu estado clínico, durante o período de internamento em uma unidade hospitalar na cidade de Maputo”, indica o pelouro da Saúde daquele país do Índico.

O país registra um cumulativo de 408 pessoas internadas, havendo ainda um total de 9.254 (76%) casos dados como recuperados. Maputo, a capital do país, concentra maioria dos casos.

NO BRASIL

Autorizada produção da vacina covishield

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) foi autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária brasileira (Anvisa) a produzir o ingrediente farmacêutico activo (IFA) da vacina contra a covid-19 da AstraZeneca. A informação foi avançada pelo órgão regulador, em comunicado.

Com parceria já estabelecida com a Universidade de Oxford e com a farmacêutica AstraZeneca, a Fiocruz vai produzir a covishield, por sinal já utilizada no Brasil desde o início deste ano fruto de uma importação a Índia.

Desta forma, a covishield junta-se a CoronaVac, outra vacina, pertencente a chinesa Sinovac, produzida localmente no Instituto Butantan, de São Paulo.



RELATÓRIOS MÉDICOS

Astrazeneca mata na Espanha

A ministra da Defesa espanhola, Margarita Robles, anunciou esta segunda-feira que um militar de um quartel de Navarra morreu devido à vacina covid da Astrazeneca.

“Nos relatórios médicos que nos deram não há dúvidas que a consequência foi a administração da vacina”, disse a governante.

Francisco Pérez, de 35 anos, morreu no passado dia 23 de Abril devido a uma trombose que aconteceu depois de ser vacinado. O soldado estava há pouco tempo de ser pai pela primeira vez. Deixa a mulher, Beth, grávida de 22 semanas.



Marcas & Estilos



Um pequeno no estilo Matrix **Sonhos eternizados**

Um design de óculos de sol inspirado nos anos 90 com foco em formato pequeno no estilo Matrix. Feito à mão em ouro luxuoso de 18 quilates. O titânio é 100% reciclável, não se deteriora nem enferruja. Pela compra dos óculos de sol Amavii, plantamos uma árvore em países carenciados em parceria com a Trees For The Future.

Esta impressão de belas artes por Ruben Ireland é montada numa moldura preta de duas polegadas de profundidade, tingida à mão e chega pronta para pendurar na parede com um kit de suspensão fácil de usar.



AUTOMÓVEL

Aparência indiscreta

O Maserati Ghibli Hybrid sempre foi agradável à vista. Teve uma pequena actualização para 2021, principalmente no interior, com um novo painel central. Os identificadores híbridos na parte externa são restritos a uma linha azul discreta no emblema e uma grade frontal corrigida.

Mais importante, sob o capô bastante amplo, esculpido e esbelto, está um motor Alfa Romeo fortemente revisado, combinado com um sistema híbrido moderado de 48 volts.

O mesmo motor a gasolina de 2.0 litros e quatro cilindros acciona o Alfa Giulia e o Stelvio, mas passou por uma revisão séria por parte dos técnicos da Maserati, criando ainda mais potência e eficiência. O objectivo era combinar o desempenho do modelo a gasolina Maserati Ghibli V6 existente com a economia da agora extinta versão a diesel.

AGENDA

LUANDA

4 DE MAIO

Lançamento de livro 'Educação e ensino em Angola em tempo de covid-19', de autoria de Chocolate Brás. A partir das 16 horas no Magistério Mutu Ya Henda

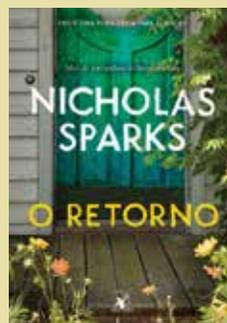
5 DE MAIO

Escritor João de Melo e o ilustrador Nelo de Tumbula lançam a obra 'Sonhar Brasília', alusivo ao Dia Mundial da Língua Portuguesa. Lançamento virtual na plataforma da UNESCO e no Youtube. A partir das 15h00.

8 DE MAIO

Debate sobre o 'Ensino da Arquitectura em Angola' na Fundação Arte e Cultura, a partir das 15h00. Obrigatório o uso de máscara. Inscrições em cafedoarquitecto@gmail.com ou ligue para 997 912 559.

LIVROS



UMA HISTÓRIA sobre envenenamento, assassinato e o início da ciência forense moderna. Na Inglaterra do século XIX, o envenenamento criminoso era uma prática assustadoramente fácil e, no entanto, quase impossível de ser comprovada — situação que resultou em incoerentes males.



UM DRAMA familiar e uma história de amor. Se quer desacelerar e concentrar-se apenas no que é realmente importante, 'O retorno' é a leitura comovente de que precisa.



TURISMO

E mais não digo!

Águas cristalinas, paisagens dramáticas, brisas suaves de verão e sol quente: há uma razão pela qual a beleza majestosa do Lago de Como é conhecida em todo o mundo. Esta parte impressionante do norte da Itália é tão tocante que, quando se tratou de fundar a própria marca de roupas desportivas voltadas para a moda, Varenna, a italiana Arantxa Gandini não conseguiu pensar num lugar melhor para se inspirar.

Com vista directa para o lago, não há lugar mais encantador. Caminhe entre os jardins botânicos do hotel, desfrute de Prosecco e cicchetti no Bellagio Bar à beira do lago ou sente-se para uma refeição num dos dois restaurantes de influência local e internacional. Este também é o lugar perfeito para colocar as leggings Varenna e desfrutar de um pouco de ioga ao nascer do sol pacífico.



ALERTAM ESPECIALISTAS

Lixo nos mares põe em risco vida humana e marinha

CRISE SANITÁRIA. Quantidades enormes de lixo arrastadas pelas últimas chuvas de Abril reduzem o nível de oxigénio no mar, afectam a qualidade da água e podem matar várias espécies, algumas das quais já em extinção.

Por Guilherme Francisco

MEMORIZE

● **Apesar** de reconhecerem que o país não dispõe de meios para o efeito, ambientalistas defendem limpeza urgente ao mar, sugerindo pedido de ajuda às petrolíferas e terminais portuários.

As últimas chuvas que caíram sobre a capital arrastaram enormes quantidades de resíduos sólidos que se encontravam concentrados nas ruas e valas de drenagens para a Baía De Luanda, Ilha do Mussulo e praias de Cacuaco. Desde plásticos e metais, ficaram amostras na orla marítima, dando azo a uma corrente de indignação de vários cidadãos com a partilha de imagens nas redes sociais.

Entre os indignados constam o engenheiro sanitário e ambiental José Alexandre Palanca e o ambientalista José Silva. Os dois técnicos alertam que estes resíduos sólidos representam grande perigo para a vida marinha. Além do risco dos animais confundirem os resíduos com alimentos, os resíduos reduzem o nível de oxigénio e qualidade da água.

“Os resíduos sólidos, quando estão no mar, entram em processo de decomposição muito grande, podem ser confundidos com alimentos pelas espécies marinhas e, conseqüentemente, vão matando as espécies, muitas já em extinção”, alerta José Alexandre Palanca, dando conta que os metais pesados, alguns são radioactivos, se bioacumulam nos animais.

José Silva, por seu lado, lembra do atentado que a situação representa para a saúde humana. “O lixo é perigoso, estamos a falar de mistura de vários resíduos que, na sua composição, têm produtos tóxicos. Pode haver contamina-

ção, causar a morte de espécies, e outras viverem com alteração no seu organismo, terem chumbo a mais e outras substâncias. Ao serem pescados, nós vamos consumir estes peixes com estes produtos químicos”, explica.

Os dois especialistas defendem a preservação das infra-estruturas hidráulicas, para permitir o escoamento adequado e a contenção dos resíduos sólidos.

país não dispõe de meios. Sugerem, entretanto, como alternativa, a solicitação de apoio às petrolíferas e terminais portuários, por estas disporem de embarcações que fazem limpeza no fundo do mar.

REGULAÇÃO É URGENTE

O jurista Elton Adonias entende, por sua vez, que “os graves problemas” de recolha, tratamento e destino final dos resíduos sólidos em Luanda é fruto do actual modelo que apresenta “deficiências estruturantes no âmbito organizacional” e não tem obedecido aos princípios do Direito do Ambiente. “É urgente a criação da lei de recolha e tratamento de resíduos sólidos com vista a regular o comportamento das empresas deste sector. O regime jurídico deste sector deve obedecer aos princípios internacionais em matéria de Direito do Ambiente. Os resíduos sólidos são classificados em aproveitáveis e não aproveitáveis. Os resíduos sólidos aproveitáveis, tais como plástico, madeira, metais e outros objectos devem ser vendidos em indústria própria. A título de exemplo, o plástico pode ser vendido na indústria de transformação de plástico existente em Angola. Como resultado deste processo teremos mais objectos de plásticos no nosso mercado formal e informal e, como resultado positivo, a importação destes objectos reduzirá consideravelmente. O mesmo processo pode acontecer com a madeira, os metais e outros objectos aproveitáveis”, explica.

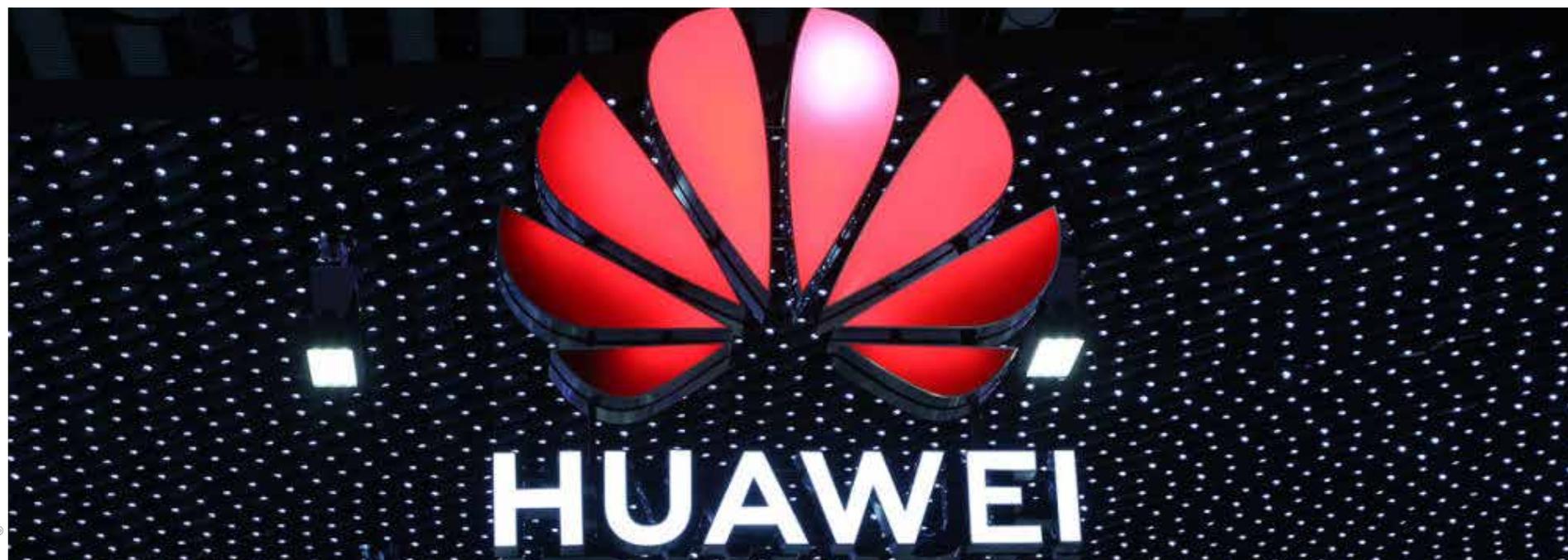
O jurista advoga também que o Estado não deve ser um intervencionista nestas questões, colocando-o na condição de regulador. O que significa que não deve exercer um papel activo na recolha e tratamento dos resíduos sólidos”, entregando-os antes ao sector privado.

“Para que isso aconteça, o Estado deve privatizar a Elisal E.P., transformando-a em sociedade de economia mista e reservando os poderes especiais. A Elisal terá como objectivos fundamentais a construção e gerência de usinas municipais e intermunicipais, contratar pequenas e médias empresas sob o regime de prestação de serviço e fazer supervisão prudencial e comportamental das empresas privadas contratadas”, recomenda.

“Temos de ter sistema de retenção de resíduos sólidos nas valas de drenagem”, recomenda José Silva, e aponta para a necessidade de uma “aposta rigorosa” na educação ambiental para que se evite a transformação das valas a céu aberto em autênticos depósitos de lixo.

Uma limpeza urgente ao mar é que os ambientalistas recomendam, embora reconheçam que o

Educação & Tecnologia



NOTA DE IMPRENSA

Huawei Anuncia Resultados de Negócios do 1º Trimestre de 2021

A empresa permanece resiliente

Luanda, 28 de abril de 2021 - A Huawei anunciou hoje seus resultados de negócios para o primeiro trimestre de 2021, que estão em linha com a previsão. No primeiro trimestre, a Huawei gerou CNY (Chinese Yuan) 152,2 bilhões em receita, uma redução de 16,5% com relação ao ano anterior. Seu negócio de rede manteve um crescimento constante, enquanto a receita de negócios de consumo diminuiu, em parte como resultado da venda da marca de dispositivo inteligente Honor em novembro de 2020.

A margem de lucro líquido da Huawei aumentou 3,8 pontos percentuais [1] ano a ano em 11,1% - o resultado dos esforços contínuos da empresa para melhorar a qualidade das operações e a eficiência da gestão, bem como uma receita de royalties de patentes de US \$ 600 milhões.

"2021 será outro ano desafiador para nós, mas também é o ano em que nossa estratégia de desenvolvimento futuro começará a tomar forma", disse Eric Xu, presidente rotativo da Huawei. "Agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança contínua. Independentemente dos desafios que surgirem, continuaremos a manter a resiliência do nosso negócio. Não

apenas para sobreviver, mas de forma sustentável. Como sempre, continuaremos focados nas necessidades de nossos clientes e continuar entregando valor de negócio prático."

A Huawei está envidando esforços para liberar totalmente o valor do 5G. Ele está ajudando as operadoras de todo o mundo a implementar suas redes 5G, atendendo às demandas de consumidores e indústrias, ao mesmo tempo em que aumenta sua própria eficiência de entrega. Ela continua a melhorar seus recursos de engenharia de software e a aumentar o investimento no setor de software para aumentar gradualmente a proporção de software e

serviços em sua combinação de receita total.

"Como sempre, continuamos comprometidos com a inovação tecnológica e investindo fortemente em P&D à medida que trabalhamos para enfrentar os desafios de continuidade de fornecimento causados por restrições de mercado", frisou Xu. "Continuaremos fazendo avanços na ciência básica e ampliando as fronteiras da tecnologia."

[1] Os dados financeiros divulgados aqui são números não auditados, compilados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro; taxa de câmbio no final de março de 2021: US \$ 1 = CNY6,5670 (fonte: agências externas)

“A capacidade dos telemóveis de registar imagens é simplesmente extraordinária. Tanto funcionam como máquinas de fotografia tradicionais, como também podem ser usados como câmaras de filmar com a mesma qualidade que um equipamento profissional.”

Os telefones viraram máquinas de foto.. de vez



Celso Malavneke,
docente
e jornalista

Costumo dizer que há duas coisas que há menos de 20 anos não existiam nas nossas vidas, mas com que, nesse período curto de tempo, não podemos passar sem elas: uma é o multicarreira e a outra é o telefone celular. Lembro-me que, no início dos anos 2000, eram poucas as pessoas que tinham um telemóvel. Os poucos que os tinham, andavam com eles pendurados numa bolsinha na cintura para toda a gente ver. Nos semáforos, era vê-los a estilarem com eles ao ouvido alguns deles, diziam as más línguas, era só de fingimento, às vezes o “tálo do telelé” nem funcionava sequer...

Os telefones celulares tornaram-se mais populares ainda quando começaram a tirar fotos cada vez com mais qualidade, rapidez e conforto. Mas quando passaram a ter ligação à internet e às redes sociais, e as pessoas adquiriram a capacidade de enviar as suas fotos instantaneamente para qualquer parte do mundo, acabaram de vez as tradicionais câmaras de fotografias. Mesmo com a capacidade de tirar um número quase infinito de fotos e com qualidade excepcional, mesmo ainda com a capacidade de editar as fotos quase que ao completo gosto do utente... nada. Os telefones digitais atiraram as máquinas fotográficas para as calendas do esquecimento.

A capacidade dos telemóveis de registar imagens é simplesmente extraordinária. Tanto funcionam como máquinas de fotografia tradicionais, como também podem ser usados como câmaras de filmar com a mesma qualidade que um equipamento profissional. A Huawei gaba-se que uma equipa de mergulhadores profissionais usa os seus telemóveis para fazer filmagens a grande profundidade com resul-

tados melhores que as câmaras de filmar normais. Noutra ocasião, conta que uma equipa de filmagem de construções antigas acabou por registar tudo com os seus telemóveis, ao invés de fazê-lo com o equipamento convencional. Nos dois casos, a altíssima qualidade da imagem e som, assim como a maior versatilidade e mobilidade do telemóvel em relação às câmaras mais volumosas e pesadas, acabaram por ditar a preferência.

No domingo passado, fui ao Golungo Alto assistir à Missa de Ordenação do Padre Manuel Jerónimo. Ele tem a particularidade de ser o primeiro padre com albinismo ordenado na Igreja Católica em Angola, por isso aceitei o seu convite para subir ao altar e cantar o salmo na sua Missa. De pé lá do altar – a Missa foi campal, no belo largo em frente à igreja – e enquanto cantava, fiquei espantado com a “chuva” de telemóveis apontados para mim. Eram centenas, senão milhares! Por alguns segundos, por entre a responsabilidade de executar o melhor possível as notas que cantava e a emoção que sempre me

possui nessas ocasiões, passou-me pela mente e fiquei maravilhado com o quanto o telefone celular digital se transformou “derepente” num meio de difusão massiva, ao invés do instrumento de comunicação interpessoal que Graham Bell e Tomás Edison tinham inventado. Assim que voltei ao meu lugar, recebi fotos minhas de minutos antes vindas do... Lubango, não deixei de me maravilhar também com os milagres que a conectividade realiza nas comunicações. Isso há cerca de 20

Noves fora a marca, as fotos e vídeos registados pelos celulares são cada vez mais populares... e algumas vezes inconvenientes.

anos era simplesmente impensável.

Eu mesmo sou um viciado na fotografia. Comprei a minha primeira câmara fotográfica na Praça de Espanha, Lisboa, em 1989! Depois disso comprei várias mais, uma delas custou-me 1.000 “uzédus” e ainda por cima em segunda mão. Um colega expatriado em fim de missão “me matou” esse preço. Comprei e fotografei com ela o Papa João Paulo II quando visitou o Lubango. Mas hoje só uso o celular, tanto para fotos como para vídeos. E, publicidade aparte, optei pelo telefone da Huawei, porque é de longe o que me oferece a melhor qualidade. Tanto é assim, que uma vez publiquei uma foto que alguém me enviou, e uma pessoa amiga perguntou logo se tinha tirado com o meu telemóvel, porque tinha notado a baixa de qualidade. De facto, tal como antes era com a Canon, hoje a maioria dos amantes da fotografia convergem que a Huawei oferece a melhor qualidade.

Noves fora a marca, as fotos e vídeos registados pelos celulares são cada vez mais populares... e algumas vezes inconvenientes. Ao ponto de terem irritado o Papa Francisco, que acabou por fazer um “aparte” na homilia para pedir aos fiéis que deixassem de estar com os “telelés” no ar e prestassem atenção ao que estava a dizer. Os telefones a competirem com o Papa, imaginem...

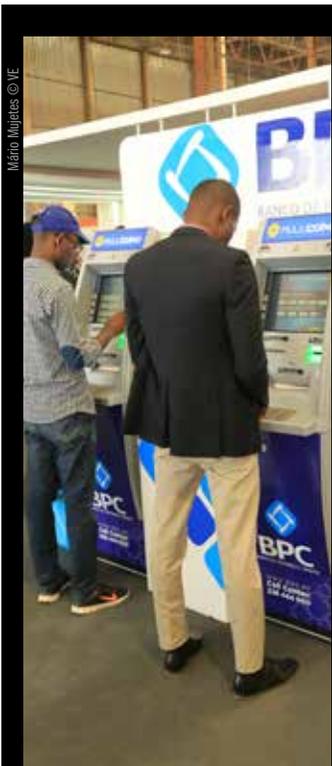
Essa capacidade de comunicação rápida e fácil traz várias vantagens que antes não existiam. É normal hoje em dia fazer uma transferência, fotografar o comprovativo e enviar ao beneficiário, ou qualquer outro documento urgente. Em segundos, o destinatário recebe um documento que doutra forma poderia demorar semanas senão mesmo meses para chegar. Das selfies de lazer a material profissional altamente sofisticado, os telefones celulares digitais roubaram definitivamente o protagonismo das máquinas fotográficas e câmaras de filmar. Ainda por cima, elas próprias mandam para o mundo inteiro as fotos e vídeos que produzem apenas com o toque de um dedo...



NÚMEROS DA SEMANA

13

Milhões de dólares, despesa aprovada pelo Presidente João Lourenço para a construção, apetrechamento e respectiva fiscalização do Instituto de Anatomia/Medicina Forense (Morgue) Central de Luanda autorização a contratação da empreitada pelo critério contratação simplificada



MULTICAIXAS

79

Mil milhões de kwanzas, volume de negócios Porto de Luanda, em 2020, representando crescimento de 60% face a 2019.

Fraudes obrigam BPC a limitar serviços

Os serviços com recurso ao cartão multicaixa do BPC apresentam limitações nas operações em caixas automáticas (ATM), Terminais de Pagamento Automático (TPA) e no aplicativo Multicaixa Express.

A instituição explica que as limitações resultam de uma decisão do banco, que se viu forçado “a suspender algumas funcionalidades daquele sistema, bem como autorizar apenas a realização de operações em tempo real” para “mitigar a exposição do banco à acção de redes organizadas, promotoras de operações fraudulentas em larga escala”.

Para inverter o quadro de insegurança, o banco público faz saber que deu início a instalação de uma nova infraestrutura tecnológica de processamento e armazenamento de dados que irá substituir a actual, que conta com mais de 10 anos de existência. E garante que o investimento feito aumentará “a eficiência, integridade e segurança das transacções”.

Durante as restrições, o BPC recomenda a utilização da rede de balcões, abertos aos sábados, bem como a recorrer aos serviços essenciais do internet banking (BPC Net).

16

Licenças de exploração florestal foram entregues aos operadores do sector pelo Ministério da Agricultura e Pescas durante a abertura da campanha deste ano.

176,6

Mil milhões de kwanzas foram investidos pelo governo em 1.592 projectos do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), de 25 Março a 24 de Abril, de acordo com secretário de Estado para Administração do Território e coordenador do Grupo Técnico do PIIM, Laurinda Cardoso.

MAIS DE 500 FUNCIONÁRIOS

Porto de Luanda nega responsabilidade com trabalhadores subcontratados

LOGÍSTICA. Porto de Luanda declara que, dos mais de 1000 trabalhadores do terminal agora gerido pela DP World, apenas 725 têm vínculo contratual com a entidade.

Por Redacção

A administração da Empresa Portuária de Luanda nega a possibilidade de despedimento de funcionários do quadro do pessoal do terminal portuário sob gestão da empresa saudita DP World, mas esclarece que não vai acolher os trabalhadores subcontratados.

“A anterior gestora daquele terminal, a empresa SoPortos – Transporte e Descarga SA., tinha subcontratado uma empresa especializada de trabalho temporário, cuja actividade consiste, como a sua designação indica, na cedência temporária a terceiros de mão-de-obra que, para determinado efeito, admite e remunera”, explica a administração do Porto. A referida empresa, acrescenta, cedeu

à anterior gestão 536 trabalhadores. “Esses trabalhadores continuaram adstritos à prestação temporária ao terminal, mesmo depois de este passar para a gestão directa da EPL, tal como acontecia antes, sem, contudo, integrar o quadro do pessoal do Terminal nem da EPL”, esclarece. Assim, acrescenta o Porto de Luanda, cabe à empresa de cedência de trabalhadores temporários assegurar que “o histórico laboral de cada uma dessas pessoas não sofra uma descontinuidade, no presente, apenas em virtude da transferência da gestão do Terminal de uma empresa para a outra, na medida em que os 536 trabalhadores só tinham sido transferidos provisoriamente”.

“Expirada a transferência, a sua qualidade de efectivos da empresa de cedência de trabalhadores temporários é, por assim dizer, reactivada porque, de facto e de direito, eles pertencem ao seu quadro de pessoal.”

Na edição passada, o VALOR deu conta que trabalhadores do terminal temem despedimento em massa na sequência do contrato de gestão entre o Porto de Luanda e a DP World. Segundo depoimentos destes, além dos 536 trabalhadores, outros 200, de um grupo de 725 com contratos com o Porto de Luanda, também correm o risco de irem para o desemprego, o que totalizaria cerca de 736 desempregados. A administração do Porto, entretanto, nega esta possibilidade. Assegura que o contrato acautela a integração dos 725 funcionários à nova concessionária.

Desde que a empresa de logística multinacional dos Emirados Árabes Unidos começou a operar a 1 de Março, os funcionários trabalham num clima de insegurança perante as informações que dão conta de possíveis despedimentos a partir do fim deste mês ou princípio de Junho.

